

# RESUMO

## RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2003

Objectivos de  
Desenvolvimento do Milénio:  
Um pacto entre nações  
para pôr termo à pobreza  
humana



Publicado para o  
Programa das  
Nações Unidas para  
o Desenvolvimento  
(PNUD)

Direitos de Autor © 2003  
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)  
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA  
<http://www.undp.org/undp/hdro>

Edição em língua portuguesa:  
MENSAGEM- Serviço de Recursos Editoriais  
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D  
1745-158 Queluz  
Telef. +351 21 434 21 10 • Fax +351 21 434 21 19

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, por fotocópia, gravação ou outro, sem autorização.

*Impressão e acabamento:* SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda. 

*Capa e design:* Gerald Quinn, Quinn Information Design, Cabin John, Maryland

*Revisão, paginação e acabamento:* Communications Development Incorporated, Washington, DC

## GRUPO DE TRABALHO PARA A PREPARAÇÃO DO *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*

**Directora e Redactora-Chefe**  
Sakiko Fukuda-Parr

**Conselheira Especial**  
Nancy Birdsall

**Redactor Convidado**  
Jeffrey Sachs

### **Grupo de trabalho nuclear**

Silva Bonacito, Emmanuel Boudard, Carla De Gregorio, Haishan Fu (Estatística-Chefe), Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Santosh Mehrotra, Tanni Mukhopadhyay, Omar Noman (Director-Adjunto), Stefano Pettinato, David Stewart, Aisha Talib, Nena Terrell e Emily White

### **Consultores Principais**

Nancy Birdsall, Fernando Calderón, Isidoro P. David, Angus Deaton, Diane Elson, Richard Jolly, James Manor, Ann Pettifor, Sanjay Reddy e Frances Stewart

*Conselheiro estatístico:* Tom Griffin

*Revisores:* Charis Gresser et Bruce Ross-Larson

*Design* Gerald Quinn

Traduzido por José Freitas e Silva e Maria Natércia Estêvão  
Revisão técnica de João Estêvão

### **Este grupo de trabalho beneficiou da estreita colaboração dos participantes de O Projecto do Milénio (“The Millennium Project”)**

John McArthur (Gestor), Chandrika Bahadur, Michael Faye, Margaret Kruk, Guido Schmidt-Traub e Thomas Snow

### **Coordenadores e redactores do grupo de especialistas de O Projecto do Milénio**

Jhoney Barcarolo, Nancy Birdsall, Kwesi Botchwey, Mushtaque Chowdhury, Prarthna Dayal, Lynn Freedman, Pietro Garau, Caren Grown, Amina Ibrahim, Calestous Juma, Yolanda Kakabadse Navarro, Alec Irwin, Zahia Khan, Jim Kim, Yee-Cheong Lee, Roberto Lenton, Ruth Levine, Don Melnick, Patrick Messerlin, Eva Ombaka, Joan Paluzzi, Mari Pangestu, Geeta Rao Gupta, Allan Rosenfield, Josh Ruxin, Pedro Sanchez, Sara Scherr, Elliott Sclar, Burton Singer, Smita Srinivas, M.S. Swaminathan, Paulo Teixeira, Awash Teklahaimanot, Ron Waldman, Paul Wilson, Meg Wirth, Albert Wright e Ernesto Zedillo

# Prefácio

Este Relatório tem a ver com uma ideia simples: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Nascidos da histórica Declaração do Milénio adoptada por 189 países na Cimeira do Milénio da ONU, em Setembro de 2000, estes oito Objectivos — que vão desde reduzir a extrema pobreza a metade até travar a disseminação do VIH/SIDA e matricular todos os rapazes e raparigas na escola primária até 2015 — estão a transformar o desenvolvimento. Governos, organismos de ajuda e organizações da sociedade civil estão a reorientar o seu trabalho em torno dos Objectivos.

Mas, a despeito destes compromissos, aceites em princípio, de reduzir a pobreza e avançar noutras áreas do desenvolvimento humano, na prática — como este Relatório torna muito claro — o mundo já está atrasado. Em relação a alguns dos Objectivos, grande parte do mundo está no bom caminho. Mas quando o progresso é desagregado por região e país e dentro dos países, é claro que resta uma enorme quantidade de trabalho. Mais de 50 nações tornaram-se mais pobres na última década. Muitas estão a ver a expectativa de vida baixar devido ao VIH/SIDA. Algumas das que têm pior desempenho — muitas vezes dilaceradas por conflitos — estão a ver diminuir as matrículas escolares e a cair o acesso a cuidados básicos de saúde. E em quase toda a parte está a deteriorar-se o ambiente.

A parte central deste Relatório é dedicada à avaliação de onde se encontram os maiores problemas, analisando o que precisa de ser feito para inverter estes reveses e apresentando propostas concretas sobre a maneira de acelerar o progresso no sentido de atingir todos os Objectivos. Ao fazê-lo, fornece um argumento persuasivo da razão por que, mesmo nos países mais pobres, ainda há a esperança de que os Objectivos possam ser atingidos. Mas, embora dêem um novo enquadramento para o desen-

volvimento, que exige resultados e aumenta a responsabilidade, os Objectivos não são um instrumento programático. A vontade política e as boas ideias políticas que sublinham qualquer tentativa de atingir os Objectivos só podem funcionar se se traduzirem em estratégias de desenvolvimento dominadas e conduzidas a nível nacional, orientadas por sólida ciência, boa economia e governação transparente e responsável.

É por isso que este Relatório também lança um Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Juntamente com o compromisso que os líderes mundiais assumiram na Conferência de Monterrey sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em 2002, de forjar «uma nova parceria entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento» — uma parceria destinada a pôr directamente em prática a Declaração do Milénio — o Pacto proporciona um largo enquadramento da maneira como as estratégias de desenvolvimento nacional e o apoio internacional dos doadores, dos organismos internacionais e doutros podem ser melhor alinhados e compatibilizados com a escala do desafio dos Objectivos. E o Pacto atribui directamente responsabilidades a ambos os lados: exigindo reformas corajosas aos países pobres e obrigando os países doadores a avançar no apoio a esses esforços.

O propósito não é apresentar mais uma nova visão ou uma solução universal para os problemas do mundo em vias de desenvolvimento; os últimos 50 anos foram perdidos, perdidos, juntamente com planos de desenvolvimento inviáveis. Em vez disso, o Pacto procura esclarecer as áreas-chave de intervenção — desde a governação democrática até à estabilidade económica e aos compromissos com a saúde e a educação — que devem orientar os esforços nacionais e o apoio internacional aos Objectivos. Nos países de rendimento médio, estas intervenções devem ser integradas em processos

orçamentais regulares e em estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Nos países mais pobres, os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza serão, provavelmente, o instrumento mais apropriado. A questão não é dar algo de novo ou colocar mais fardos sobre governos já demasiado pressionados, mas apresentar ideias concretas sobre a maneira de assegurar que as nobres palavras da Declaração do Milénio – elevando a pobreza ao topo da agenda global – se traduzam em planos de acção reais, dominados pelo país, que tornem essas palavras numa realidade.

Há boas razões tecnocráticas para adoptar esta abordagem. Tal como este Relatório torna claro, os Objectivos não só apoiam o desenvolvimento humano, mas também são atingíveis, com políticas correctas e recursos suficientes. Mas o verdadeiro poder dos Objectivos é político. São a primeira visão global de desenvolvimento que conjuga um aval político global com uma concentração clara nas populações mais pobres do mundo e os meios que sobre elas devem ser aplicados.

As pessoas pobres preocupam-se com o que acontece aos seus níveis de rendimento. As pessoas pobres preocupam-se com a ida dos seus filhos à escola. As pessoas pobres preocupam-se com a discriminação das suas filhas em termos de acesso ao ensino. As pessoas pobres preocupam-se enormemente com as pandemias e as doenças infecciosas, como o VIH/SIDA, que estão a devastar comunidades em África. E as pessoas pobres preocupam-se muito com o seu ambiente, e com o acesso a água limpa e saneamento. Agora, com a democracia a espalhar-se pelo mundo em desenvolvimento, as pessoas pobres podem finalmente fazer mais do que preocupar-se.

Num sentido absolutamente genuíno, os Objectivos são um manifesto do desenvolvimento para cidadãos comuns de todo o mundo: questões com prazo, mensuráveis, sempre presentes, que as pessoas compreendem imediatamente – e, o que é mais importante, com dados adequados, permitindo-lhes responsabilizar os seus governos e a comunidade internacional mais ampla por atingir os Objectivos.

Isso é importante. Porque enquanto o principal foco do Pacto de Desenvolvimento do Milénio são os primeiros sete Objectivos e a maneira

de se aplicarem aos países em vias de desenvolvimento, não é exagero dizer que o êxito ou o fracasso da nova parceria global que o mundo está a tentar construir dependem de se atingir o oitavo Objectivo: aquele que especifica o compromisso dos países ricos de ajudar os países pobres que estão a empreender reformas económicas, políticas e sociais de boa fé.

Uma conclusão-chave deste Relatório é de que a redistribuição e a mobilização de mais recursos internos para atingir as metas relacionadas com os Objectivos, reforçando a governação e as instituições, e adoptando sãs políticas sociais e económicas, são essenciais para cumprir os Objectivos, mas estão longe de ser suficientes. O Relatório está cheio de exemplos de países que são reformadores modelares – mas que não atingiram um crescimento pleno porque o isolamento geográfico, ambientes hostis ou outras deficiências, significando isto que o apoio externo sustentado a níveis muito acima dos existentes é crítico para fazer avançar o seu desenvolvimento.

As iniciativas a longo prazo para reduzir a metade a fome e a pobreza falharão sem a reestruturação fundamental do sistema global de comércio – particularmente na agricultura – que inclui o desmantelamento dos subsídios dos países ricos, a redução das tarifas aduaneiras e a adequação de fundos próprios. A luta contra o VIH/SIDA, a malária e outras doenças perder-se-á sem fornecimentos efectivos de medicamentos essenciais a preços acessíveis aos países pobres. O planeamento fiscal estável e de longo prazo será impossível para alguns dos países mais pobres sem um perdão mais sistemático e sustentado da dívida. E, por último mas de maneira nenhuma menos relevante, importa recordar que as estimativas de mais 50 mil milhões de dólares de assistência ao desenvolvimento para atingir os Objectivos são um mínimo – e pressupõem redistribuições em grande escala e melhor acesso a recursos internos e outras fontes de financiamento.

Para que a visão fundamental dos Objectivos como meio de gerir melhor a globalização a favor das pessoas pobres seja concretizada, estes precisam de ser vistos como um pacote indivisível. É um pacote portador de uma promessa sem precedentes de melhoria do desenvolvimento

humano em todo o mundo – e uma promessa que todos os países se comprometeram a cumprir. O desafio é envolver os países nas suas promessas e ajudá-los a atingir os Objectivos.

Todo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* é um esforço de colaboração que depende da ajuda e da perícia não só de um dedicado grupo técnico, mas também de uma grande diversidade de amigos e conselheiros. Este ano, esse grupo é mais amplo do que é habitual porque o PNUD conseguiu recorrer ao trabalho preliminar de O Projecto do Milénio – uma rede de mais de 300 promotores de políticas, executantes e peritos de todo o mundo que estão a dar

o seu tempo, saber e energia a um esforço de três anos para identificar novas estratégias estimulantes para ajudar os países a atingir os Objectivos.

Tal como aconteceu com os Relatórios anteriores, esta é uma análise independente que procura fazer avançar o debate sobre o desenvolvimento humano, e não uma declaração formal de política da ONU ou do PNUD. Em todo o caso, como esboço dos obstáculos e das oportunidades centrais de desenvolvimento na próxima década, acreditamos que ajuda a enquadrar uma ambiciosa agenda para o PNUD e os nossos parceiros de desenvolvimento nos meses e anos vindouros.



Mark Malloch Brown  
*Administrador, PNUD*

A análise e as recomendações quanto à política a seguir contidas neste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da sua Comissão Executiva ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente, encomendada pelo PNUD. É o resultado do trabalho colectivo de uma equipa de eminentes consultores e conselheiros e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Sakiko Fukuda-Parr, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, liderou este esforço.

# Índice

---

## INTRODUÇÃO

### **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre nações para pôr termo à pobreza humana** 1

Pacto de Desenvolvimento do Milénio	15
Dar prioridade a países que ficaram para trás	15
Limiares críticos para sair das armadilhas da pobreza	17
Clusters de políticas para escapar às armadilhas da pobreza	18
Executar o Pacto de Desenvolvimento do Milénio	20
Conclusão	24

---

## **CAPÍTULO 1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio** 27

Uma agenda para acelerar o desenvolvimento humano	27
Origem, evolução e acompanhamento	29
Os objectivos globais são diferentes?	29
Lidar com os críticos	30
Os objectivos globais devem ser controlados pelo país	30

---

## **CAPÍTULO 2 Desafios prioritários para alcançar os Objectivos** 33

Contrastes marcantes a nível inter-regional e dentro de uma região	34
Reveses do desenvolvimento humano nos anos 90	40
Esforços para alcançar os Objectivos	43
O bom desempenho de alguns países pobres	45
Alargamento do fosso das desigualdades dentro de um país: quem está a ser deixado para trás?	46

---

## **CAPÍTULO 3 Ultrapassar as barreiras estruturais – para alcançar os Objectivos** 67

Do desenvolvimento humano ao crescimento económico – e o revés	68
Padrões recentes – e problemas – de crescimento económico global	70
Desafios estruturais – situação geográfica desfavorável, mercados pequenos e elevados custos de exploração	71
Políticas adequadas, crescimento económico e desenvolvimento humano	74
Políticas inadequadas, declínio económico e pobreza humana	75
Escapar às armadilhas da pobreza	76
Políticas adequadas que beneficiam as populações pobres	78

---

## **CAPÍTULO 4 Políticas do sector público para melhorar a saúde e a educação** 85

Alcançar o Objectivo de redução da fome	87
Alcançar os Objectivos da educação	92
Alcançar os Objectivos da saúde	97

Alcançar os Objectivos de acesso à água e ao saneamento 103

Prioridades multilaterais 107

---

## **CAPÍTULO 5 Sector privado e medidas na área da saúde, da educação e do acesso à água 111**

Por que aumentaram as medidas do sector privado nos países pobres 111

Saúde 112

Educação 114

Água e saneamento 116

Abordagens promissoras 117

---

## **CAPÍTULO 6 Políticas do sector público para assegurar a sustentabilidade ambiental 123**

Recursos ambientais 125

Responder com políticas 126

---

## **CAPÍTULO 7 Mobilizar o apoio popular para alcançar os Objectivos 133**

Descentralização – a ascensão, o papel, as exigências 134

Movimentos sociais e novas tendências na participação popular 140

---

## **CAPÍTULO 8 Políticas, caridade não: a ajuda dos países ricos para alcançar os Objectivos 145**

Ajuda – cada vez mais efectiva 146

Alívio da dívida – mais rápida e profunda 152

Comércio – abrir mercados, reduzir subsídios 154

Tecnologia global – partilhar os frutos do conhecimento global 157

Cumprir os compromissos assumidos na Declaração do Milénio: políticas, caridade não 160

---

## **Notas 163**

**Nota bibliográfica 167**

**Bibliografia 169**

---

## **CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL**

Pobreza, globalização e crescimento: perspectivas sobre as relações estatísticas, *Joseph E. Stiglitz* 80

---

## **CAIXAS**

- 1.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum 28
- 1.2 Os objectivos globais são importantes? 31
- 2.1 Construir capacidades para recolha e análise de estatísticas—uma necessidade sem precedentes, uma oportunidade urgente 35
- 2.2 O que está a acontecer com a inequidade do rendimento global? Níveis grotescos, tendências ambíguas 39
- 2.3 Medir a pobreza de rendimento: onde desenhar a linha separadora? 42
- 2.4 As dificuldades em alcançar os Objectivos—definir países de prioridade máxima e de prioridade alta 44
- 2.5 Os conflitos violentos e os Objectivos 45
- 2.6 Grandes saltos em frente, possíveis de dar em anos—não em décadas 46
- 2.7 Dados desagregados inter-regionais: relatórios nacionais de desenvolvimento humano 47
- 2.8 Conflitos inter-regionais 48
- 3.1 O crescimento necessário para reduzir para metade a pobreza de rendimentos 67
- 3.2 Bangladesh—território extenso e interior, com acesso à costa 71

3.3	Desafios na região andina	72
3.4	China e Índia—crescimento impressionantes, diferenças significativas	73
3.5	O Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os países em conflito	77
3.6	O que é necessário para que no Uganda o Compato de Desenvolvimento de Milénio seja uma realidade	79
4.1	As potencialidades das mulheres e a sua capacidade de intervenção—essenciais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	86
4.2	Lições de política dos países que atingiram com níveis altos na saúde e na educação	87
4.3	Aumento da fertilidade do solo na África Subsariana	91
4.4	Políticas agrícolas e segurança alimentar	92
4.5	Gastos com as forças armadas ou com a educação? As inconsistências da acção governamental	93
4.6	O sucesso da Tailândia na prevenção do VIH/SIDA	98
4.7	Políticas prioritárias e intenvenções técnicas	99
4.8	Integrar programas verticais em sistemas de saúde que funcionem	102
4.9	Assegurar os medicamentos essenciais para todos—sucesso no Butão	103
4.10	O saneamento na Índia, com custos suportáveis	105
4.11	A África do Sul e o “direito” à água	106
5.1	Serviços sociais e o Acordo Geral sobre Comércio nos Serviços	112
5.2	Taxa de utilização, na África do Sul e na Bolívia	117
5.3	Sistemas hídricos regidos pelo Estado, com sucesso	118
5.4	Centro metropolitano de Manila e de Buenos Aires: registos combinados de experiências de privatização da água	119
5.5	A Iniciativa de Bamako: combinar os recursos da comunidade para os cuidados de saúde	120
6.1	De que modo as mudanças climáticas do mundo ameaçam os países em desenvolvimento	124
6.2	Melhorar a vida nos bairros degradados	127
6.3	Envolver as comunidades locais na conservação, como em Guanacaste, na Costa Rica	128
6.4	Promover a equidade e o ambiente—um exemplo fiscal, criativo, do Brasil	128
6.5	As pescas globais—afundar-se em subsídios	129
6.6	O abate das florestas—com subsídios	129
6.7	Respostas políticas às alterações climáticas	130
7.1	Madhya Pradesh e Rajastan—políticas de educação que resultaram	135
7.2	Pressões mútuas para apuramento de responsabilidades—entre os governos locais e a sociedade civil—reforçar a governação no Ceará, no Brasil	137
7.3	A descentralização ajuda a aumentar a equidade na Índia	138
7.4	A descentralização ajuda a reduzir a pobreza?	141
8.1	Objectivo 8 de Desenvolvimento do Milénio	145
8.2	Assistência Oficial ao desenvolvimento: a meta 0,7%	146
8.3	Novo sistema de financiamento para os Objectivos	147
8.4	Pôr a funcionar parcerias lideradas pelo governo, na Tanzânia	149
8.5	Voltar a pôr em evidência a cooperação técnica nas potencialidades do desenvolvimento	151
8.6	O que é a iniciativa dos Países Pobres Fortemente Endividados?	152
8.7	Uma proposta para reestruturar a dívida de modo a alcançar os Objectivos?	154
8.8	O longo alcance internacional dos subsídios domésticos	156
8.9	A Ronda de Doha para os exportadores de algodão em África	157
8.10	O compromisso do índice de desenvolvimento	161



---

## QUADROS

2.1	Países que observaram uma queda no índice de desenvolvimento humano, no anos 80 e 90	40
2.2	Crescimento económico e rendimento de pobreza: fortes cruzamentos	41
2.3	Alterações na parcela e no número de pessoas que vivem com 1 dólar por dia foram niveladas	41
2.4	Países fortes enfrentam fortes ameaças do VIH/SIDA até 2025, mesmo com uma epidemia moderada	43
2.5	Taxas de mortalidade infantil: mudanças nos níveis e nos fossos de abundância, países seleccionados, anos 80 e 90	49
5.1	Investimentos em projectos na área da água e do saneamento, com participação privada, vários países, anos 90	49
6.1	Por que razão alcançar o Objectivo ambiental é tão importantes para os outros Objectivos?	125
8.1	Ajuda pública ao desenvolvimento, por região, 1990 e 2001	147
8.2	Comércio—explorar oportunidades—ou não	154
8.3	Tarifas e reduções após o Uruguay Round, em determinados países e regiões	155
8.4	As responsabilidades dos países ricos	160

---

## FIGURAS

2.1	Plano temporal: quando serão atingidos os ODM se os programas não forem mais rápidos?	33
2.2	Comparação da mortalidade infantil nos países da OCDE e nas regiões em desenvolvimento	38
2.3	Reveses do desenvolvimento humano	40
2.4	Crescimento rápido é a excepção—nos países populosos com bom desempenho	40
2.5	Crescimento e pobreza de rendimento estão associados, mas o processo não é automático	41
2.6	Casos de VIH/SIDA disparam	43
2.7	Perda de esperança de vida devido ao VIH/SIDA	43
3.1	Rendimento per capita e pobreza de rendimento, nos anos 90	68
3.2	Desenvolvimento humano e rendimentos	69
3.3	Do desenvolvimento humano ao crescimento—e o revés	70
4.1	A instrução das raparigas conduz a uma vida diferente	85
4.2	A insegurança alimentar aumenta	88
4.3	Despesas familiares elevadas conduzem a um abaixamento nas inscrições no ensino primário	95
4.4	Uma considerável parcela da ajuda à saúde destina-se aos serviços básicos	101
4.5	Muitas famílias urbanas carecem de água e de saneamento	104
6.1	Elevado consumo de petróleo estão associados a preços mais reduzidos nos países da OCDE, 2001	126
8.1	Ajuda—o que é necessário, o que é dado?	146
8.2	Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), em declínio	146
8.3	Assistência Oficial ao Desenvolvimento, entregas líquidas	147
8.4	Para os mais pobres: apanhados entre a queda da ajuda e o nível da dívida	152
8.5	Transferir verbas do serviço da dívida para o desenvolvimento humano, em 10 países, beneficiando do alívio da dívida do HIPC	153
8.6	Gado e algodão recebem mais ajuda que as pessoas, 2000	155
8.7	Os subsídios agrícolas da OCDE fazem diminuir a ajuda, 2001	156
8.8	Terapia de Rehidratação Oral (TRO) reduz a mortalidade infantil, apesar da estagnação de rendimentos	158

---

## DESTAQUES

2.1	Progresso alcançado face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	51
2.2	Medir o desenvolvimento humano: índices de desenvolvimento humano	60

- 2.3 Alargar o fosso das desigualdades inter-regionais—entre áreas e grupos 62  
3.1 Desafios ao desenvolvimento—através de uma lupa geográfica 83
- 

## **Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano 190**

---

### **INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO**

- ODM 1 Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome  
Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal 198
- ODM 2 Objectivo 3 Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres 203
- ODM 3 Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil  
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna 208
- ODM 4 Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças 213
- ODM 5 Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental: terra e ar 218
- ODM 6 Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento 223
- ODM 7 Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: ajuda ao desenvolvimento e acesso aos mercados 228
- ODM 8 Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: países interiores e pequenos estados insulares em desenvolvimento 229
- ODM 9 Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: sustentabilidade da dívida 231
- ODM 10 Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias 232
- 

### **INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

#### **MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS...**

- 1 Índice de desenvolvimento humano 237
- 2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 241
- 3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento 245
- 4 Pobreza e privação humanas: OCDE, Europa Central & do Leste & CEI 248
- 

#### **...PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUVA...**

- 5 Tendências demográficas 250
- 6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos 254
- 7 Principais crises e desafios da saúde no mundo 258
- 8 Sobrevivência: progressos e retrocessos 262
- 

#### **...ADQUIRIREM CONHECIMENTO...**

- 9 Compromisso com a educação: despesa pública 266
- 10 Alfabetização e escolarização 270
- 11 Tecnologia: difusão e criação 274
- 

#### **...TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSARIOS PARA UM NIVEL DE VIDA DIGNO...**

- 12 Desempenho económico 278
- 13 Desigualdade no rendimento ou consumo 282
- 14 A estrutura do comércio 286
- 15 Fluxos de ajuda dos países membros da CAD 290
-

16	Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	291
17	Prioridades na despesa pública	295
18	Desemprego nos países da OCDE	299
<hr/>		
<b>...ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS...</b>		
19	Energia e ambiente	300
<hr/>		
<b>...PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL...</b>		
20	Refugiados e armamentos	304
21	Vítimas da criminalidade	308
<hr/>		
<b>...É ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS</b>		
22	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	310
23	Medida de participação segundo o género	314
24	Desigualdade de género na educação	318
25	Desigualdade de género na actividade económica	322
26	Género, carga de trabalho e afectação do tempo	326
27	Participação política das mulheres	327
<hr/>		
<b>INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO</b>		
28	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	331
29	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	335
<hr/>		
30	Indicadores básicos para outros países membros da ONU	339
<hr/>		
1	Cálculo dos índices de desenvolvimento humano	340
2	Identificação dos países de prioridade máxima e de prioridade elevada nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	347
<hr/>		
<b>Definições de termos estatísticos</b>		<b>350</b>
<b>Referências estatísticas</b>		<b>359</b>
<b>Classificação dos países</b>		<b>361</b>
<b>Índice dos indicadores</b>		<b>365</b>
<hr/>		



## Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum

### Valores orientadores da Declaração do Milénio das Nações Unidas e dos

#### Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por «certos valores fundamentais... essenciais às relações internacionais no século vinte e um. Neles se incluem:

- *Liberdade.* Os homens e as mulheres têm o direito de viver a vida e de criar os seus filhos com dignidade, livres da fome e livres do medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.

- *Igualdade.* Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.

- *Solidariedade.* Os problemas mundiais devem ser enfrentados de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos, com imparcialidade, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem ajuda dos que beneficiam mais.

- *Tolerância.* Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, de culturas e línguas. Não se devem reprimir as diferenças dentro das sociedades, nem entre estas. As diferenças devem, sim, ser apreciadas como bens preciosos de toda a humanidade. Deve promover-se activamente uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações.

- *Respeito pela natureza.* É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies vivas e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as incomensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.

- *Responsabilidade partilhada.* A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento económico e social mundial, bem como das ameaças à paz e à segurança internacionais, deve ser partilhada por todos os Estados do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de carácter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central neste domínio.» (UN 2000, p. 2.)

### Os Objectivos – pedras angulares do desenvolvimento humano...

O desenvolvimento humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, e não fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é construir capacidades humanas. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade.

As três primeiras estão incorporadas no índice de desenvolvimento humano deste Relatório (IDH). Embora contribuam para essas capacidades, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não reflectem todas as dimensões chave do desenvolvimento humano, que é um conceito mais amplo.

### ...e direitos humanos

Atingir os Objectivos fará progredir os direitos humanos. Cada Objectivo pode ser ligado directamente a direitos económicos, sociais e culturais enumerados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigos 22, 24, 25 e 26) e outros instrumentos dos direitos humanos.

Reconhecer que as metas expressas nos Objectivos não são apenas aspirações de desenvolvimento mas também direitos reclamáveis tem importantes implicações.

- Ver os Objectivos dessa maneira significa que tomar medidas para os atingir é uma obrigação e não uma forma de caridade. Esta abordagem pede a participação activa de vários actores, incluindo governos, cidadãos, empresas e organizações internacionais.

- Os direitos humanos acarretam obrigações homólogas da parte dos outros – não só de se absterem de os violar, mas também de proteger e promover a sua realização. As convenções dos

*(continua na página seguinte)*

### Como é que os objectivos do desenvolvimento humano se relacionam com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

#### Capacidades-chave para o desenvolvimento humano

Viver uma vida longa e saudável

Ter acesso ao ensino

Ter um padrão de vida decente

Gozar de liberdades políticas e civis para participar na vida da sua comunidade

#### Condições essenciais para o desenvolvimento humano

Sustentabilidade ambiental

Equidade – especialmente entre homens e mulheres

Facilitar o ambiente económico global

#### Objectivos do Desenvolvimento do Milénio correspondentes

Objectivos 4, 5 e 6: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater as principais doenças

Objectivos 2 e 3: alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género (especialmente na educação) e autonomizar as mulheres

Objectivo 1: reduzir a pobreza e a fome

Não é um Objectivo mas uma importante meta global incluída na Declaração do Milénio

#### Objectivos do Desenvolvimento do Milénio correspondentes

Objectivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental

Objectivo 3: promover a igualdade de género e autonomizar as mulheres

Objectivo 8: reforçar a parceria entre países ricos e pobres

(continuação)

## Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum

direitos humanos reconhecem a necessidade de uma ordem internacional que assegure que esses direitos sejam garantidos (artigo 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 2 da Convenção sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e que estabeleça as obrigações homólogas dos governos e outros actores para contribuir para a sua realização.

- Ver os Objectivos através do enquadramento dos direitos humanos aumenta o entendimento das políticas e das reformas institucionais necessárias para as atingir. A plena realização do direito humano à educação, por exemplo, exige

mais do que atingir a alfabetização e o ensino primário universais. Também exige que as pessoas participem significativamente nas decisões públicas sobre educação. E exige que as medidas para atingir os objectivos relacionados com a educação sejam equitativas – não colocando em desvantagem grupos vulneráveis nem fortalecendo a discriminação sexual.

A plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais exige muito mais do que atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mas atingir os Objectivos é um passo importante para esse fim. Porque os direitos à

educação, aos cuidados de saúde e a um padrão adequado de vida depende do crescimento económico a longo prazo e da reforma institucional, esses direitos podem ser realizados progressivamente. Contudo, o ritmo aceitável de «realização progressiva» e as obrigações de o atingir raramente são falados, sendo, em vez disso, deixados para definir e debater por cada país. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definem mais explicitamente o que todos os países concordam que pode ser exigido – pontos de referência em relação aos quais esses compromissos devem ser medidos.

Fonte: UN 1966, 2000a; Marks 2003; PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2000.



# Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para pôr termo à pobreza

O novo século começou com uma declaração de solidariedade e uma determinação sem precedentes de livrar o mundo da pobreza. Em 2000, a Declaração do Milénio da ONU, adoptada na maior reunião de chefes de Estado de sempre, comprometeu países – ricos e pobres – a fazer tudo o que puderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir objectivos concretos de avanço do desenvolvimento e redução da pobreza até 2015 ou antes.

Emanando da Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio vinculam os países a fazer mais no ataque aos rendimentos inadequados, à fome generalizada, à desigualdade de géneros, à deterioração ambiental e à falta de instrução, de cuidados de saúde e de água potável (caixa 1). Também incluem acções para reduzir a dívida e aumentar a ajuda, o comércio e as transferências de tecnologia para países pobres. O Consenso de Monterrey, de Março de 2002, reafirmado na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, e no Plano de Aplicação de Joanesburgo dá o enquadramento a esta parceria entre países ricos e pobres.

É difícil pensar numa altura mais propícia para mobilizar apoio para uma parceria global como esta. Em 2003, o mundo assiste a conflitos ainda mais violentos, acompanhados de maior tensão internacional e de medo do terrorismo. Pode haver quem defenda que a guerra contra a pobreza deve ficar para trás até ter sido ganha a guerra contra o terrorismo. Mas não tem razão. A necessidade de erradicar a pobreza não concorre com a necessidade de tornar o mundo mais seguro. Pelo contrário, erradicar a pobreza devia contribuir para um mundo mais seguro – a visão da Declaração do Milénio.

Para tratar da pobreza é preciso compreender as suas causas. Este Relatório contribui para essa compreensão analisando as causas radicais do desenvolvimento falhado. Durante a década de 1990, os debates sobre o desenvolvimento concentraram-se em três conjuntos de questões. O primeiro foi a necessidade de reformas económicas para criar estabilidade macroeconómica. O segundo foi a necessidade de instituições fortes e de uma governação que imponha o estado de direito e controlar a corrupção. O terceiro foi a necessidade de justiça social e de envolver as pessoas nas decisões que as afectam a elas e às suas comunidades e países – questão que este Relatório continua a defender.

Há três questões cruciais para o desenvolvimento humano sustentável que continuam a merecer atenção política prioritária. Mas passam ao lado de um quarto factor, aqui explorado: os constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio apresentado neste Relatório propõe uma abordagem política para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que começa por tratar desses constrangimentos.

**A posse nacional – pelos governos e pelas comunidades – é essencial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na verdade, os Objectivos podem estimular o debate democrático e é mais provável que os líderes tomem as medidas necessárias para os Objectivos quando houver pressão das populações envolvidas**

Os Objectivos só terão êxito se significarem alguma coisa para os milhares de milhões de indivíduos a que se destinam. Os Objectivos têm que se tornar uma realidade nacional, abraçada pelos principais interessados – as pessoas e os

## CAIXA 1

### Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

*Meta 1: Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia, entre 1990 e 2015*

*Meta 2: Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome, entre 1990 e 2015*

Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal

*Meta 3: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário, até ao ano 2015*

Objectivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

*Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, o mais tardar até 2015*

*continua na página seguinte*

### Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

*Meta 5: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos, entre 1990 e 2015*

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

*Meta 6: Reduzir em três quartos a razão de mortalidade materna, entre 1990 e 2015*

Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

*Meta 7: Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA, até ao ano 2015*

*Meta 8: Deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves, até ao ano 2015*

Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

*Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais*

*Meta 10: Reduzir para metade a percentagem de população sem acesso permanente a água potável, até ao ano 2015*

*continua na página seguinte*

governos. São um conjunto de pontos de referência para avaliar o progresso — e para proporcionar às pessoas a responsabilização dos políticos. Ajudam as pessoas a lutar pelo tipo de políticas e acções que não de criar empregos decentes, melhorar o acesso às escolas e erradicar a corrupção. Também são compromissos dos líderes nacionais, que têm que ser responsabilizados pelo eleitorado, tendo em conta o seu desempenho.

Quando adoptados pelas comunidades, os Objectivos podem estimular debates democráticos acerca do desempenho do governo, especialmente quando forem disponibilizados dados imparciais — afixados à porta de cada junta de freguesia. Também podem tornar-se plataformas de campanha para políticos, como a campanha da Fome Zero do presidente Luís Inácio «Lula» da Silva para eliminar a fome, incluída no manifesto do seu programa eleitoral.

Grupos da sociedade civil — desde organizações comunitárias a associações profissionais, passando por grupos de mulheres e redes de organizações não governamentais (ONG) — têm um papel importante na ajuda à realização e acompanhamento do progresso no sentido dos Objectivos. Mas estes também exigem estados capazes e eficientes, que cumpram os seus compromissos de desenvolvimento. E exigem mobilização popular para sustentar a vontade política de as atingir. Essa mobilização popular exige culturas políticas abertas e participativas.

As reformas políticas, como a descentralização dos orçamentos e das responsabilidades pelo fornecimento de serviços básicos, colocam a tomada de decisão mais perto das pessoas e reforçam a pressão popular para a realização dos Objectivos. Onde funcionou — como nalgumas zonas do Brasil, na Jordânia, em Moçambique e nos estados indianos de Kerala, Madya Pradesh e Bengala Ocidental —, a descentralização trouxe melhorias significativas. Pode levar a serviços governamentais que respondem mais depressa às necessidades das pessoas, à denúncia da corrupção e à redução do absentismo.

Mas a descentralização é difícil. Para ter êxito, precisa de uma autoridade central capaz, de autoridades locais empenhadas e com poder financeiro e de cidadãos empenhados numa sociedade civil bem organizada. Em Moçam-

bique, autoridades locais empenhadas com capacidade financeira aumentaram a cobertura de vacinação e as consultas pré-natais em 80%, vencendo limitações de capacidade através da contratação de Organizações Não Governamentais (ONG) e de fornecedores privados a nível municipal.

Experiências recentes também mostraram como os movimentos sociais podem levar a uma tomada de decisão mais participativa, como no controlo público dos orçamentos locais. Em Porto Alegre, no Brasil, o controlo público dos orçamentos locais tem trazido enormes melhorias aos serviços. Em 1989, pouco menos de metade dos habitantes da cidade tinha acesso a água potável. Sete anos mais tarde, quase todos tinham. As matrículas na escola primária também duplicaram durante esse período e os transportes expandiram-se a zonas afastadas.

Este tipo de acção colectiva melhora os serviços básicos e ajuda a estimular e sustentar a vontade política. Cidadãos comuns pressionam os seus líderes para cumprirem os seus compromissos políticos. E os Objectivos fornecem aos cidadãos um instrumento que lhes permite exigir a responsabilização dos seus governos.

### Porque os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não se concretizarão com uma abordagem normal, o ritmo do progresso tem que ser drasticamente acelerado

Os últimos 30 anos assistiram a melhorias drásticas no mundo em vias de desenvolvimento. A expectativa de vida aumentou oito anos. O analfabetismo foi reduzido em aproximadamente metade, passando para 25%. E, no Leste Asiático, o número de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia foi reduzido a quase metade só nos anos 1990.

Mesmo assim, o desenvolvimento humano está a avançar demasiado devagar. Para muitos países, os anos 1990 foram uma década de desespero. Há 54 países que estão actualmente mais pobres do que em 1990. Em 21, há uma maior percentagem de pessoas com fome. Em 14, há mais crianças a morrer antes dos cinco anos. Em 12, as matrículas no ensino primário estão a diminuir. Em 34, a expectativa de vida



diminuiu. Antes, estas reversões da sobrevivência eram raras.

Outro sinal de uma crise de desenvolvimento é o facto de, em 21 países, se verificar um declínio do índice de desenvolvimento humano (IDH, um indicador sumário de três dimensões do desenvolvimento humano – ter uma vida longa e saudável, ter instrução e ter um padrão de vida decente). Também isto era raro até ao fim dos anos 1980, porque as capacidades capturadas pelo IDH não se perdem facilmente.

Se o progresso global continuar ao mesmo ritmo nos anos 1990, só o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a pobreza de rendimentos e a percentagem de população sem acesso permanente a água potável continuará a ter uma probabilidade realista de ser atingido, graças, principalmente, à China e à Índia. Regionalmente, ao ritmo actual, a África Subsariana só atingiria os Objectivos da pobreza em 2147 e, quanto à mortalidade infantil, em 2165. Quanto ao VIH/SIDA e à fome, as tendências na região estão a piorar – e não a melhorar.

O facto de tantos países em todo o mundo ficarem muito longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos 12 anos que faltam para 2015 aponta para uma necessidade urgente de mudar de caminho. Mas os anteriores êxitos de desenvolvimento mostram o que é possível, mesmo em países muito pobres. O Sri Lanka conseguiu aumentar a expectativa de vida 12 anos entre 1945 e 1953. O Botswana dá outro exemplo inspirador: o número bruto de matrículas no ensino primário saltou de 40% em 1960 para quase 91% em 1986.

O mundo de hoje tem mais recursos e saber-fazer do que nunca para enfrentar os desafios das doenças infecciosas, da baixa produtividade, da falta de energia limpa e de transportes e da falta de serviços básicos como água potável, saneamento, escolas e cuidados de saúde. O problema é a melhor forma de aplicar esses recursos e esse saber-fazer para beneficiar as pessoas mais pobres.

---

**Há dois grupos de países que precisam de mudanças de caminho. Primeiro, estão os países que conjugam um baixo desenvolvimento humano e um mau**

**desempenho em relação aos Objectivos – os países de máxima e alta prioridade. Segundo, estão os países que progredem bem no sentido dos Objectivos mas têm bolsas profundas de pessoas pobres a ficarem para trás**

Há 59 países de máxima e alta prioridade em que o progresso falhado e níveis de partida terrivelmente baixos minam muitos dos Objectivos. É nesses países que devem concentrar-se a atenção e os recursos mundiais.

Nos anos 1990, estes países enfrentaram muitos tipos de crises:

- *Pobreza de rendimento*: as taxas de pobreza, já elevadas, aumentaram em 37 de 67 países com dados.
- *Fome*: em 19 países, mais de uma de cada quatro pessoas está a ficar com fome e a situação não está a melhorar nem a piorar. Em 21 países, a taxa de fome aumentou.
- *Sobrevivência*: em 14 países, a mortalidade antes dos cinco anos aumentou nos anos 1990 e, em 7 países, quase uma de cada quatro crianças não verá o seu quinto aniversário.
- *Água*: em 9 países, mais de uma de cada quatro pessoas não tem acesso a água potável, e a situação não está a melhorar nem a piorar.
- *Saneamento*: em 15 países, mais de uma em cada quatro pessoas não tem acesso a saneamento adequado, e a situação não está a melhorar nem a piorar.

Subjacente a todas estas crises está uma crise económica. Não só estes países já são extremamente pobres, mas também as suas taxas de crescimento são terrivelmente baixas.

Nos anos 1990, o aumento dos rendimentos médios por cabeça foi 3% inferior em 125 países em vias de desenvolvimento e em transição, e, em 54 destes países, o rendimento per capita desceu. Dos 54 países com rendimento em declínio, 20 são da África Subsariana, 17, da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI), 6, da América Latina e das Caraíbas, 6, do Leste Asiático e do Pacífico, e 5, dos Estados Árabes. Neles se incluem muitos países prioritários, mas também alguns países com desenvolvimento humano médio.

Países que estão menos expostos ao público são os que progredem bem mas excluem

CAIXA 1 (continuação)

### **Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio**

*Meta 11: Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até ao ano 2020*

Objectivo 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

*Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional)*

*Meta 13: Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados (inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos avançados, um programa melhorado de redução da dívida dos países muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza)*

*continua na página seguinte*

## Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

*Meta 14: Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável os países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares e das deliberações da 22ª Assembleia Geral)*

*Meta 15: Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo*

*Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo*

*Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*

*Meta 18: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação*

ou deixam para trás certos grupos e áreas. Todos os países devem tratar das disparidades significativas entre grupos – entre homens e mulheres, entre grupos étnicos, entre raças e entre áreas urbanas e rurais. Isso exige que se olhe para além das médias nacionais.

Muitos países com médias nacionais que indicam um progresso adequado no sentido dos Objectivos nas datas-alvo têm profundas bolsas de pobreza entrincheirada. A espectacular realização da China ao tirar 150 milhões de pessoas da pobreza de rendimentos nos anos 1990 concentrou-se nas regiões costeiras. Nas outras regiões, persistem profundas bolsas de pobreza. Nalgumas regiões do interior, o progresso económico é muito mais lento do que no resto do país.

Em vários países, os Objectivos podem ser atingidos com mais facilidade simplesmente melhorando as circunstâncias das pessoas que já estão bem. Há provas que sugerem que isto está a acontecer na saúde. Mas se esta abordagem pode ajustar-se à letra dos Objectivos, não se ajusta ao seu espírito. Mulheres, habitantes rurais, minorias étnicas e outras pessoas pobres progridem tipicamente mais devagar do que a média nacional – ou não mostram progressos —, mesmo nos casos de países que estão a avançar como um todo no caminho que conduz à obtenção dos Objectivos.

Dos 24 países em vias de desenvolvimento com dados subnacionais sobre a mortalidade infantil entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, apenas 3 reduziram o fosso entre os grupos mais ricos e mais pobres em matéria de taxas de mortalidade antes dos cinco anos. Podem encontrar-se padrões similares na cobertura da imunização e nas matrículas e taxas de conclusão escolares, onde parecem persistir ou estar a agravar-se os fossos urbano-rural e os fossos étnicos. As mulheres das áreas pobres também tendem a ser excluídas do progresso global no sentido dos Objectivos.

**O Pacto de Desenvolvimento do Milénio é um plano de acção destinado principalmente aos países de máxima e alta prioridade, países que, na sua maioria, precisam de apoio**

A atenção política global precisa de se concentrar em países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento. Sem uma mudança imediata de caminho, não atingirão, certamente, os Objectivos. Com isso em mente, este Relatório apresenta um novo plano de acção destinado principalmente a esses países: o Pacto de Desenvolvimento do Milénio.

Para chegar ao crescimento sustentável, os países têm que atingir limiares básicos em várias áreas-chave: governação, saúde, educação, infra-estruturas e acesso aos mercados. Se um país ficar abaixo do limiar em qualquer dessas áreas, pode cair na «armadilha da pobreza».

A maioria dos países de máxima e alta prioridade está a tentar atingir esses limiares básicos. Todavia, esses países enfrentam obstáculos estruturais profundamente instalados que terão dificuldade em vencer por si próprios. Os obstáculos incluem barreiras aos mercados internacionais e altos níveis de dívida – muito acima do que podem cobrir dada a sua limitada capacidade de exportação. Outro obstáculo importante é a dimensão e a localização de um país. Outras limitações estruturais ligadas à geografia de um país incluem baixa fertilidade dos solos, vulnerabilidade a choques climáticos ou desastres naturais e doenças implacáveis como a malária. Mas a geografia não é um fado. Com políticas adequadas, esses desafios podem ser vencidos. Melhores estradas e comunicações, e uma integração mais profunda com os países vizinhos pode aumentar o acesso aos mercados. Políticas de prevenção e tratamento podem mitigar muito o impacto de doenças pandémicas.

As mesmas condições estruturais que contribuem para a ratoeira de pobreza de todo um país também podem afectar grandes grupos populacionais que, por outro lado, são relativamente prósperos. As regiões remotas do interior da China, por exemplo, enfrentam distâncias muito maiores dos portos, infra-estruturas muito piores e condições biofísicas muito mais duras do que as regiões costeiras do país – que nos últimos anos têm gozado do mais rápido crescimento económico da história. Reduzir a pobreza nas regiões mais pobres exige políticas nacionais que voltem a consignar-lhes recursos. A máxima prioridade política,

neste caso, é aumentar a equidade e não só o crescimento económico.

As respostas políticas às limitações estruturais exigem intervenções simultâneas em várias frentes – juntamente com maior apoio externo. Há seis *clusters* de políticas que podem ajudar os países a sair das suas armadilhas de pobreza:

- Investir cedo e ambiciosamente na educação básica e na saúde estimulando ao mesmo tempo a igualdade entre sexos. Estas são condições prévias do crescimento económico sustentado. O crescimento, por sua vez, pode gerar emprego e aumentar o rendimento – realimentando mais ganhos na educação e na saúde.
- Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores em ambientes desfavoráveis – isto é, da maioria das pessoas com fome do mundo. Uma estimativa fiável diz que 70% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura.
- Melhorar a infra-estrutura básica – como portos, estradas, energia e comunicações – para reduzir os custos de fazer negócios e vencer barreiras geográficas.
- Intensificar uma política de desenvolvimento industrial que alimente a iniciativa empresarial e ajude a diversificar a economia, afastando-a da dependência das exportações de mercadorias primárias –, com um papel activo para as pequenas e médias empresas.
- Promover a governação democrática e os direitos humanos para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de todas as pessoas.
- Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma sã gestão urbana de modo que as melhorias do desenvolvimento sejam de longo prazo.

O pensamento que está por trás destas políticas é que para que a economia funcione melhor, outras coisas têm que ir, primeiro, ao lugar. É impossível reduzir a dependência das exportações de mercadorias primárias, por exemplo, se a força de trabalho não puder entrar na manufactura por causa de falta de técnica.

A tarefa que os países de máxima e alta prioridade enfrentam é demasiado grande para qualquer deles desempenhar sozinho, especialmente os países mais pobres, que enfrentam barreiras invulgarmente altas com recursos muito limitados.

Nesta matéria, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio não é apologético. Os países mais pobres precisam de significativos recursos externos para atingirem níveis essenciais de desenvolvimento humano. Mas isto não é uma exigência de financiamento no escuro pelos países ricos. Porque o Pacto também não é apologético quanto à necessidade de os países pobres mobilizarem recursos internos, reforçarem políticas e instituições, combaterem a corrupção e melhorarem a governação – passos essenciais no caminho do desenvolvimento sustentável.

A menos que adoptem planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos, os países não atingirão os Objectivos. Aqui, o Pacto argumenta que devia aplicar-se um novo princípio. Os governos dos países pobres e dos países ricos, bem como as instituições internacionais, deviam começar por perguntar que recursos são necessários para atingir os Objectivos, em vez de permitirem que o ritmo de desenvolvimento seja fixado pelos recursos limitados actualmente atribuídos.

Todos os países – especialmente os de máxima e alta prioridade – precisam de diagnosticar sistematicamente o que será necessário para atingir os Objectivos. Este diagnóstico devia incluir iniciativas que os governos de países pobres podem tomar, como a mobilização de recursos fiscais internos, a reorientação da despesa para serviços básicos, o recurso ao financiamento e à perícia privada e a introdução de reformas na governação económica. Isto ainda deixará um grande fosso de recursos que os governos devem identificar. Vencer este fosso exigirá mais cooperação financeira e técnica dos países ricos, incluindo o financiamento de custos recorrentes, um perdão mais amplo da dívida, melhor acesso aos mercados e maiores transferências de tecnologia.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de um único enquadramento para coordenar os esforços de desenvolvimento, baseados em estratégias de desenvolvimento nacionais e em programas de investimento público. Para os países com baixos rendimentos, esse enquadramento ocorre através de Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, em vigor em cerca de duas dezenas de países e em vias de estar em mais duas dezenas. Os Documentos de

*A atenção política global precisa de se concentrar em países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento*

*A menos que adotem planos de desenvolvimento ambiciosos e de longo prazo, os países não atingirão os Objectivos*

Estratégia de Redução da Pobreza ao enfrentarem os desafios dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de maneira mais sistemática, precisam de começar a perguntar o que é necessário para as atingir – e a avaliar as lacunas de recursos e as reformas políticas necessárias que precisam de ser feitas.

Reduzir para metade a percentagem de pessoas em extrema pobreza (Objectivo 1) exigirá um crescimento económico de longe mais forte nos países de máxima e alta prioridade em que o crescimento tem estado a falhar. Mas só o crescimento não será suficiente. As políticas também precisam de fortalecer os laços entre maior crescimento e maiores rendimentos das famílias mais pobres.

Mais de 1,2 milhar de milhão de pessoas – uma em cada cinco na Terra – sobrevivem com menos de um dólar por dia. Durante os anos 1990, a percentagem de pessoas que sofriam de extrema pobreza de rendimentos caiu de 30% para 23%. Mas com uma população mundial a crescer, esse número apenas diminuiu 123 milhões – uma pequena parte do progresso necessário para eliminar a pobreza. E, excluindo a China, o número de pessoas extremamente pobres aumentou, na realidade, 28 milhões.

A Ásia do Sul e do Leste têm os mais altos números de pessoas em estado de pobreza de rendimentos, embora ambas as regiões tenham registado recentemente ganhos impressionantes. Como já se assinalou, nos anos 1990, a China tirou 150 milhões de pessoas – 12% da população – da pobreza, reduzindo para metade a sua incidência. Mas na América Latina e nas Caraíbas, nos Estados Árabes, na Europa Central e do Leste e na África Subsariana, o número de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia aumentou.

A falta de crescimento sustentado redutor da pobreza tem sido um grande obstáculo à redução da pobreza. Nos anos 1990, apenas 30 de 155 países em vias de desenvolvimento e em transição com dados – cerca de um em cada cinco – atingiu um crescimento do rendimento por cabeça de mais de 3% ao ano. Como se assinalou, em 54 desses países, o rendimento médio diminuiu, na realidade.

Mas só o crescimento económico não é suficiente. O crescimento pode ser implacável ou

reductor da pobreza – dependendo do seu modelo, dos aspectos estruturais da economia e das políticas públicas. A pobreza aumentou mesmo nalguns países que registaram um crescimento económico global, e, nas últimas duas décadas, a desigualdade de rendimento agravou-se em 33 de 66 países em vias de desenvolvimento com dados. Todos os países – especialmente os que apresentam um bom desempenho médio mas têm bolsas entrincheiradas de pobreza – devem pôr em prática políticas que reforcem os laços entre crescimento económico e redução da pobreza.

É mais provável que o crescimento beneficie as pessoas pobres se tiver uma base ampla em vez de se concentrar apenas nalguns sectores ou regiões, se for trabalho-intensivo (como na agricultura ou no vestuário) em vez de capital-intensivo (como no petróleo) e se as receitas governamentais forem investidas em desenvolvimento humano (como em saúde básica, educação, nutrição e serviços de água e saneamento). É menos provável que o crescimento beneficie pessoas pobres se tiver uma base estreita, se negligenciar o desenvolvimento humano ou se discriminar áreas rurais, certas regiões, grupos étnicos ou as mulheres no fornecimento de serviços públicos.

As políticas públicas que podem reforçar os laços entre crescimento e redução da pobreza incluem:

- Aumento do nível, da eficiência e da equidade de investimentos em saúde básica, educação e água e saneamento.
- Aumento do acesso dos pobres a terras, crédito, técnicas e outros activos económicos.
- Aumento da produtividade e da diversificação dos pequenos agricultores.
- Promoção de crescimento industrial trabalho-intensivo envolvendo pequenas e médias empresas.

---

**Reduzir para metade a percentagem de pessoas com fome (Objectivo 1) apresenta dois desafios: garantir o acesso a comida actualmente abundante e aumentar a produtividade de agricultores actualmente com fome – especialmente em África.**

O número de pessoas com fome baixou aproximadamente 20 milhões nos anos 1990. Mas

excluindo a China, o número de pessoas com fome aumentou. A Ásia do Sul e a África Subsariana comportam as maiores concentrações de pessoas com fome. Na Ásia do Sul, o desafio é aumentar a distribuição de comida disponível em abundância. Na África Subsariana, o desafio também envolve o crescimento da produtividade agrícola.

Podem ser utilizadas para reduzir a fome muitas ações públicas bem sucedidas. *Stocks* de reserva para estabilizar preços, especialmente a nível local, podem libertar comida para o mercado durante emergências alimentares – reduzindo a volatilidade dos preços. Muitos países, como a China e a Índia, têm sistemas desses. Os *stocks* alimentares podem ser particularmente importantes para países interiores suscetíveis de secas.

Além disso, muitas pessoas com fome não têm terras ou carecem de posse segura. É necessária a reforma agrária para dar acesso seguro às terras, às pessoas rurais pobres. As mulheres produzem grande parte da comida na África Subsariana e na Ásia do Sul, mas mesmo assim não têm acesso seguro à terra.

A baixa produtividade agrícola também precisa de ser tratada, particularmente em regiões ecológicas marginais com solos pobres e alta variabilidade climática. Os ganhos dramáticos da revolução verde passaram ao lado dessas áreas. É necessária uma revolução duplamente verde – uma revolução que aumente a produtividade e melhore a sustentabilidade ambiental. São necessários maiores investimentos para investigar e desenvolver melhores tecnologias e disseminá-las através de serviços de extensão. O mesmo em relação a investimentos em infra-estruturas, como estradas e sistemas de armazenamento. Todavia, os investimentos públicos e o apoio dos doadores à agricultura têm caído nas últimas décadas.

Direitos de importação protegem mercados de países ricos e reduzem incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que contribuiria para uma segurança alimentar mais sustentável. Enormes subsídios em países ricos também reduzem os incentivos para investir na segurança alimentar a longo prazo e deprimem os preços do mercado mundial – embora possam beneficiar os importadores líquidos de produtos alimentares.

---

**Alcançar a educação primária universal e eliminar as disparidades de sexo na educação primária e secundária (Objectivos 2-3) exige que se trate da eficiência, da equidade e dos níveis de recursos como problemas interrelacionados.**

Nas regiões em vias de desenvolvimento, mais de 80% das crianças estão matriculadas na escola primária. Todavia, cerca de 115 milhões de crianças não frequentam a escola primária e as matrículas são miseravelmente poucas na África Subsariana (59%). Uma vez matriculadas, há uma tocante probabilidade em três de uma criança em África completar a escola primária. Além disso, um em cada seis adultos em todo o mundo é analfabeto. E mantêm-se escancarados os fossos entre sexos: três quintos dos 115 milhões de crianças que estão fora das escolas são raparigas e dois terços dos 876 milhões de analfabetos adultos são mulheres.

A falta de instrução impossibilita qualquer pessoa de ter uma vida completa. Também retira à sociedade a possibilidade de ter uma base de desenvolvimento sustentável porque a educação é crítica para melhorar a saúde, a nutrição e a produtividade. O Objectivo da educação é, assim, fulcral para atingir os outros Objectivos.

Na maioria dos países pobres, a disponibilização de educação básica é altamente desigual, com os 20% mais pobres a receberem muito menos de 20% da despesa pública – enquanto os 20% mais ricos apanham muito mais. Além disso, a educação primária recebe muito menos financiamento por estudante do que a educação secundária ou superior. Este modelo também discrimina as pessoas pobres porque beneficiam muito mais com a educação básica.

As despesas da família com a educação, como propinas e uniformes, também desencorajam a matrícula – especialmente nas famílias pobres. As matrículas aumentaram sensivelmente quando foram eliminados os uniformes e as propinas no Quênia, no Malawi e no Uganda. Um sistema equitativo também leva a melhores resultados: os países que têm um bom desempenho em matéria de educação tendem a gastar mais com as famílias mais pobres e com a educação primária.

*Direitos de importação protegem mercados de países ricos e reduzem incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que contribuiria para uma segurança alimentar mais sustentável*

*Os países podem, normalmente, gastar mais em educação quando as respectivas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam de gastar mais em educação para diminuir os actuais níveis de pobreza*

Os países que eliminaram as disparidades entre sexos na educação mostram como os pais podem ser encorajados a mandar as filhas à escola: pondo escolas perto de casa, minimizando as despesas, programando horários escolares que contemplem as tarefas domésticas familiares e recrutando professoras (dando aos pais uma sensação de segurança). Países com grandes resultados que eliminaram as disparidades entre sexos têm percentagens de professoras muito maiores do que as médias regionais.

Muitos sistemas escolares sofrem de ineficiências operacionais, com demasiadas crianças repetentes e a abandonar a escola. Em países onde se falam várias línguas, ensinar na língua materna nos primeiros anos aumenta drasticamente a experiência de aprendizagem. Programas de alimentação escolar também ajudam a trazer crianças à escola e a mantê-las lá; crianças com fome não conseguem aprender. Programas de primeira infância ajudam a preparar crianças que vão para a escola, especialmente crianças da primeira geração de aprendizes das respectivas famílias.

Um desafio assustador em países com poucas matrículas é gerir os custos recorrentes para atingir um maior equilíbrio entre as contas de salários dos professores – que normalmente absorvem 90% ou mais da despesa recorrente – e outros custos, como de manuais. O baixo investimento atinge em particular as pessoas pobres porque as elites e os grupos poderosos tendem a apanhar percentagens desproporcionadas dos pequenos orçamentos. Os pequenos orçamentos também tornam difícil pôr reformas em prática. Melhorar a equidade ou a eficiência é mais fácil quando os recursos da educação estão a aumentar.

Juntamente com o problema dos recursos, há o declínio do apoio dos doadores para a educação. Nos anos 1990, esse apoio diminuiu 30% em termos reais, para 4,7 mil milhões de dólares – com apenas 1,5 mil milhões para a educação básica. Os doadores também financiam normalmente equipamento e outros custos de investimento, em vez de manuais, salários dos professores e outros custos operacionais. Mas é aí que está o verdadeiro estrangulamento.

Tanto no fornecimento como no financiamento, o sector privado tem que fazer mais na

educação secundária e terciária. Os governos precisam de encorajar ONG e o sector privado a expandir a oferta mantendo o controlo dos padrões e centralizando dados sobre o número e a qualidade das escolas privadas. Num ambiente limitado pelos recursos, a equidade e a eficiência exigem que os subsídios públicos à escolaridade primária privada não sejam conseguidos à custa da educação básica para as pessoas pobres.

Os países podem, normalmente, gastar mais em educação quando as respectivas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam de gastar mais em educação para saírem das armadilhas da pobreza – e não têm recursos suficientes para fazerem esses investimentos básicos.

---

**Promover a igualdade entre sexos e dar poder às mulheres (Objectivo 3), objectivos válidos em si mesmos, também são fulcrais para atingir todos os outros Objectivos.**

Promover a igualdade entre sexos e autonomizar as mulheres no seu âmbito mais amplo é um objectivo-chave da Declaração do Milénio, embora eliminar disparidades na educação primária e secundária seja o único objectivo quantitativo fixado. A educação contribui para uma melhor saúde e melhor educação e saúde aumentam a produtividade que conduz ao crescimento económico. O crescimento gera, então, recursos que financiam melhoramentos na saúde e na educação das pessoas, aumentando mais a produtividade. A igualdade entre sexos é fulcral nestas sinergias porque as mulheres são agentes de desenvolvimento.

As mulheres são as principais prestadoras de cuidados em todas as sociedades. Assim, a sua educação contribui mais para a saúde e a educação da próxima geração do que a dos homens – sobretudo quando as mulheres também têm uma voz forte nas decisões familiares. À medida que envelhecem, as raparigas educadas têm menos filhos e filhos mais saudáveis, apressando a transição para menores taxas de fertilidade. Mulheres com um nível de educação mais elevado e mais saudáveis também contribuem para uma maior produtividade –

por exemplo, adoptando inovações agrícolas – e assim para maiores rendimentos familiares. Além disso, essas mulheres trabalham muitas vezes fora de casa e obtêm rendimentos independentes, aumentando a sua autonomia. Estes processos benéficos têm mais força quando as mulheres têm autonomia e voz nas decisões familiares. E quando as mulheres podem agir colectivamente para exigir mais direitos – à educação, aos cuidados de saúde, a empregos iguais – ainda são mais prováveis essas sinergias.

---

**Reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças (Objectivos 4-6) exige um aumento drástico do acesso a cuidados de saúde.**

Todos os anos mais de 10 milhões de crianças morrem de doenças evitáveis – 30 000 por dia. Mais de 500 000 mulheres por ano morrem na gravidez e no parto, sendo essas mortes 100 vezes mais prováveis na África Subsariana do que em países de elevados rendimentos da OCDE. Em todo o mundo, 42 milhões de pessoas vivem com VIH/SIDA, 39 milhões das quais em países em vias de desenvolvimento. A tuberculose continua a ser (juntamente com a SIDA) a principal matadora infecciosa de adultos, causando 2 milhões de mortes por ano. As mortes por malária, actualmente 1 milhão por ano, podem duplicar nos próximos 20 anos.

Sem um progresso muito mais rápido, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nestas áreas (Objectivos 4-6) não serão atingidas. Mesmo em relação ao Objectivo de mortalidade infantil, em que o progresso tem sido constante, ao ritmo actual a África Subsariana só reduziria a mortalidade infantil em dois terços 150 anos depois da data fixada pelo Objectivo.

Tais estatísticas são vergonhosas dado que muitas destas mortes podiam ser evitadas com o uso mais generalizado de redes mosquiteiras nas camas, parteiras, antibióticos acessíveis, higiene básica e a abordagem de tratamento conhecida por DOTS (Directly Observed Therapy Short Course) para combater a tuberculose – nenhuma delas é uma solução de alta tecnologia, mas podendo, em conjunto, salvar milhões de vidas.

Mas continuam fora do alcance de muitos países. Porquê? Por amplas razões sistémicas. Tal como em relação à educação, há falta de recursos para sistemas de saúde (especialmente para a saúde básica), falta de igualdade no que os sistemas fornecem e falta de eficiência na maneira como os serviços são fornecidos.

Os sistemas de saúde dos países pobres estão gravemente subfinanciados para se atingirem os Objectivos. Nenhum país de altos rendimentos da OCDE gasta menos de 5% do PIB em serviços de saúde pública. Mas os países em vias de desenvolvimento raramente excedem essa percentagem – a maioria gasta 2-3%. Em 1997, a despesa pública média com a saúde foi de uns meros 6 dólares por cabeça nos países menos desenvolvidos e de 13 dólares noutros países de baixos rendimentos. A Organização Mundial de Saúde calcula que 35-40 dólares por cabeça é o mínimo dos mínimos para serviços básicos de saúde. Em países pobres é basicamente impossível pagar preços internacionais por medicamentos salvadores de vidas – e é quase criminoso esperar que os pobres dos países pobres o façam.

Com orçamentos pequenos e inadequados, os pobres ficam para trás. Na maioria dos países, os 20% de famílias mais pobres beneficiam de muito menos de 20% da despesa com a saúde. Todavia, uma despesa mais equitativa leva a melhores resultados: os países com maiores dotações para as famílias mais pobres têm taxas menores de mortalidade infantil. As disparidades entre os meios rural e urbano são outro exemplo de despesa injusta. As áreas rurais obtêm geralmente muito menos. No Camboja, 85% das pessoas vivem em áreas rurais, mas apenas 13% dos trabalhadores governamentais da saúde aí estão localizados. Em Angola, 65% das pessoas vivem em áreas rurais, mas apenas 15% dos profissionais de saúde lá trabalham.

A falta de recursos tem um efeito corrosivo nos sistemas de saúde porque os defeitos de uma área reflectem-se noutras. Quando as clínicas não têm medicamentos, os pacientes são desencorajados de lá ir à procura de tratamento. Isso leva a um elevado absentismo do pessoal, desgastando mais a eficiência. Porque é improvável que encontre serviços de saúde que valham a pena, a comunidade não controla o

*Os governos dos países pobres têm que aumentar os gastos com a saúde do que outros tipos de despesa, como, por exemplo, com a defesa*

*Os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro recurso para as comunidades mais pobres; por isso, os governos devem trazê-los para o domínio público através de uma regulamentação mais adequada*

sistema e os serviços tornam-se menos (em vez de mais) reactivos às necessidades.

A política pública precisa de responder às questões dos recursos, dos níveis, da equidade e da eficiência:

- *Mobilizando recursos.* Os governos dos países pobres têm que calcular melhor a despesa com a saúde do que outros tipos de despesa, como com a defesa. E dentro dos orçamentos da saúde, deve ser dada prioridade à saúde básica. Mas em países de baixos rendimentos é improvável que isso seja suficiente.

- *Aumentando os recursos externos.* Isso inclui a ajuda, mas o perdão da dívida, donativos de medicamentos e descontos nos preços feitos pelas companhias farmacêuticas também ajudariam.

- *Alcançando maior equidade.* Os governos devem corrigir desequilíbrios concentrando-se nas áreas rurais, nas comunidades pobres, nas mulheres e nas crianças. Mas só a concentração nos cuidados primários não ajuda; hospitais públicos esmagados por doentes com SIDA ou tuberculose não podem atender outros doentes.

- *Fazendo com que os sistemas de saúde funcionem melhor.* Os governos sem dinheiro enfrentam um dilema ao estabelecer prioridades. A primeira prioridade é manter um sistema integrado. Os programas verticais concentrados em doenças específicas tornaram-se populares, mas não podem ser eficazes nem sustentáveis sem uma estrutura global de saúde. Os cuidados de saúde maternal e reprodutiva também reclamam a integração. Muitos países concentram-se no planeamento familiar para excluir a saúde infantil e maternal. A concentração em intervenções essenciais não é suficiente; é preciso igual concentração para garantir que todos os centros primários de saúde tenham medicamentos essenciais.

Porque os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro recurso para muitas pessoas pobres, os governos devem trazê-los para o domínio público através de melhor regulamentação. Há muitas medidas que podem ajudar: legislação de protecção do consumidor, acreditação para assinalar aos consumidores quais são os prestadores que estão registados, fazer com que os profissionais concordem em restringir as suas práticas aos medicamentos essenciais. Mas onde

têm sido privatizados serviços de mais alto nível através do uso de serviços administrados de enfermagem, como em muitos países da América Latina, a experiência tem sido menos do que positiva para as pessoas mais pobres.

---

**Reduzir a metade a percentagem de pessoas sem acesso a água potável segura e a melhor saneamento (Objectivo 7) exige uma abordagem integrada. Sem saneamento e higiene, água potável é muito menos útil para a saúde**

Mais de mil milhões de pessoas dos países em vias de desenvolvimento – uma em cada cinco – carecem de acesso a água potável. E 2,4 mil milhões carecem de acesso a melhor saneamento. Ambas podem ser questões de vida ou de morte. A diarreia é uma grande assassina de crianças: nos anos 1990, matou mais crianças do que o total de pessoas perdidas em conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. As mais afectadas são as pessoas pobres das áreas rurais e as comunidades pobres dos bairros degradados.

E tal como em relação aos outros Objectivos da saúde, são bem conhecidas as soluções técnicas de baixo custo para acesso comunitário: poços protegidos, colunas de água públicas, nascentes protegidas, latrinas com descarga, latrinas simples de fossa, latrinas de fossa ventiladas e ligações a tanques sépticos ou a esgotos públicos cobertos. Todavia, há vários factores que minam a eficácia destas soluções. Além disso, não são totalmente adequadas:

*Água sem saneamento.* O acesso a água potável é de longe menos útil sem saneamento melhorado e sem melhor higiene. Melhores cuidados de saúde perdem-se a tratar doenças provocadas pela água que podiam ter sido evitadas por uma água potável, melhor saneamento e melhor higiene. Mas se a procura de água potável é evidente, a procura de saneamento seguro depende muito mais da educação em matéria de higiene. As famílias pobres têm que tomar, normalmente, a iniciativa de instalar sistemas de saneamento nas respectivas casas e muitas vezes têm que financiar os custos. Se não estiverem convencidas de que esse investimento é necessário, é improvável que prossigam.



*Falta de recursos para financiar infra-estruturas de elevado custo.* Em áreas urbanas e periurbanas, o abastecimento de água exige a exploração de nascentes, transporte a granel para a comunidade a servir e uma rede de distribuição local. O saneamento exige recolha de esgotos públicos e sistemas de tratamento. Esses investimentos acarretam custos significativos que estão de longe para além dos meios da maioria das autoridades locais. Mesmo em países de médio rendimento esses elementos devem ser fornecidos pelos governos nacionais. O componente mais caro da infra-estrutura de água e saneamento é o tratamento das águas residuais para evitar que as águas de esgotos em bruto entrem nos cursos de água e contaminem as águas subterrâneas. Isso também exige melhores tecnologias. Mas as autoridades municipais carecem de recursos para investir em saneamento básico.

*Elevados encargos e má manutenção.* Os governos devem assegurar que o acesso das pessoas pobres aos serviços de água e saneamento não seja minado por encargos injustos que subsidiam pessoas não pobres. Os que estão bem devem suportar uma parte maior dos custos financeiros de manutenção da infra-estrutura destes serviços. Investir em sistemas de elevado custo para a parte das cidades com vida mais desafogada deixa poucos recursos para esquemas de baixo custo – e muitas vezes deixa bairros de lata e áreas periurbanas sem serviços. Além disso, em áreas rurais e periurbanas, os sistemas de água tendem a ser mal mantidos. O envolvimento da comunidade tem-se revelado fundamental para melhorar os serviços nessas áreas.

As experiências com participação privada multinacional na água e saneamento têm sido mistas. Tem havido alguns êxitos do sector privado com mais serviços de água para comunidades pobres de grandes cidades (como Buenos Aires, Argentina, e a área metropolitana de Manila, Filipinas). Mas esses êxitos têm sido contrabalançados, por vezes, por corrupção em grande escala e recuos em acordos com os governos. Tem que ser promovida a iniciativa local no sector, com bancos nacionais de desenvolvimento a fornecerem os meios financeiros.

---

**Assegurar a sustentabilidade ambiental (Objectivo 7) exigirá a gestão dos ecossistemas de maneira a poderem fornecer serviços que sustentem a subsistência humana. Isso também será importante para atingir os outros Objectivos.**

A degradação dos solos afecta aproximadamente 2 mil milhões de hectares, prejudicando a subsistência de mil milhões de pessoas que vivem em terras secas. Cerca de 70% das pescarias comerciais ou estão totalmente exploradas ou sobreexploradas e 1,7 mil milhões de pessoas – um terço da população do mundo em vias de desenvolvimento – vivem em países que enfrentam *stress* hídrico.

Há uma geografia desigual do consumo, dos danos ambientais e do impacto humano. Os países ricos geram a maioria da poluição ambiental do mundo e esgotam muitos dos seus recursos naturais. Entre os exemplos-chave contam-se o esgotamento das pescarias mundiais e as emissões de gases de estufa que causam alterações climáticas, ambas ligadas a padrões insustentáveis de consumo das pessoas e países ricos. Nos países ricos, as emissões de dióxido de carbono por cabeça são de 12,4 toneladas — enquanto nos países de médio rendimento são de 3,2 toneladas e, nos países de baixo rendimento, de 1,0 tonelada. As pessoas pobres são as mais vulneráveis aos choques ambientais e a tensões como os impactos antecipados da mudança global do clima.

Inverter estas tendências negativas é um fim em si mesmo. Mas também contribuiria para os outros Objectivos porque a saúde, os rendimentos e as oportunidades das pessoas pobres são altamente influenciadas pelo esgotamento dos recursos naturais. A subsistência de cerca de 900 milhões de pessoas pobres que vivem em áreas rurais depende em grande medida de produtos naturais. Um quinto do fardo de doenças dos países pobres pode estar ligado a factores de risco ambientais. A mudança climática podia prejudicar a produtividade agrícola em países pobres e aumentar os riscos, expondo-os a choques como as cheias. Estes são apenas alguns exemplos das interacções entre o Objectivo ambiental e os outros Objectivos.

*As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental devem afirmar a importância de envolver as comunidades locais nas soluções*

*Se os países ricos não efectuarem as mudanças necessárias para atingirem o Objectivo 8, dificilmente imaginamos a possibilidade de os países pobres atingirem os Objectivos 1 a 7*

As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental deviam afirmar a importância de envolver as comunidades locais nas soluções. Também deviam afirmar a importância das mudanças políticas em países ricos. Entre as prioridades políticas:

- *Melhorar as instituições e a governação.* Definir claramente os direitos de propriedade e do utilizador, melhorar o controlo e o cumprimento dos padrões ambientais e envolver as comunidades na gestão dos seus recursos ambientais.
- *Tratar da protecção e gestão ambiental* nas políticas sectoriais e noutras estratégias de desenvolvimento de cada país.
- *Melhorar o funcionamento dos mercados.* Eliminar subsídios, especialmente nos países ricos, que prejudicam o ambiente (como os subsídios para combustíveis fósseis ou para grandes frotas pesqueiras comerciais), e reflectir os custos ambientais através de encargos de poluição.
- *Reforçar os mecanismos internacionais.* Melhorar a gestão internacional de questões globais como a protecção das bacias hidrográficas internacionais e a inversão das alterações climáticas, juntamente com mecanismos para partilhar equitativamente esses fardos.
- *Investir em ciência e tecnologia.* Investir mais em tecnologias de energias renováveis e criar um observatório para controlar o funcionamento e o estado dos principais ecossistemas.
- *Conservar ecossistemas críticos.* Criar áreas protegidas com o envolvimento de pessoas locais.

É necessária uma nova parceria entre países ricos e pobres para estas políticas se enraizarem e darem frutos. Para uma divisão justa das responsabilidades, os grandes países precisam de contribuir mais para mitigar a degradação ambiental e aplicar mais recursos a invertê-la. Neste, como noutros Objectivos, há uma necessidade urgente de rectificar alguns desequilíbrios gritantes.

---

**Mudanças de política em países ricos relativamente à ajuda, ao comércio, à dívida, ao comércio e às transferências de tecnologia (Objectivo 8) são essenciais para atingir os Objectivos.**

É difícil imaginar os países mais pobres a atingirem os Objectivos 1-7 sem as mudanças de políticas em países ricos necessárias para atingir o Objectivo 8. Os países pobres não podem, por si mesmos, vencer as limitações estruturais que os mantêm presos em armadilhas de pobreza, incluindo os direitos aduaneiros e os subsídios dos países ricos que restringem o acesso das suas exportações aos mercados, as patentes que restringem o acesso à tecnologia que pode salvar vidas e a dívida insustentável para governos de países ricos e instituições multilaterais controladas por eles.

Os países mais pobres não têm recursos para financiar os investimentos necessários para atingir limiares críticos em infra-estruturas, educação e saúde. Não têm recursos para investir na agricultura e na produção industrial em pequena escala para melhorar a produtividade dos operários. Estes investimentos criam as bases para sair das armadilhas de pobreza — e não podem esperar que o crescimento económico gere recursos. As crianças não podem esperar que o crescimento gere recursos quando são confrontadas com a morte por causas evitáveis.

O quadro da parceria da Declaração do Milénio e do Consenso de Monterrey torna claro que a principal responsabilidade por atingir os Objectivos 1-7 é dos países em vias de desenvolvimento. Compromete esses países a mobilizar recursos internos para financiar programas ambiciosos e a pôr em prática reformas políticas para reforçar a governação económica, para dar voz às pessoas pobres na tomada de decisão e para promover a democracia, os direitos humanos e a justiça social. Mas o consenso também é um pacto que compromete os países ricos a fazer mais — embora com base no desempenho e não com base nos direitos que haja. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio torna claro o papel crítico dos países ricos, como se reflecte no Objectivo 8. Os países ricos prometeram acção em várias frentes, não só na Cimeira do Milénio, mas também na Conferência Internacional de Monterrey Sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Março de 2002, e na Cimeira Mundial de Joanesburgo Sobre Desenvolvimento Sustentável, em Setembro de 2002. E em Doha, Qatar, em Novembro de 2001, os ministros do Comércio

prometeram tornar os interesses dos países pobres fulcrais no seu futuro trabalho sobre o sistema comercial multilateral. Agora é tempo de os países ricos cumprirem essas promessas.

Os países de máxima prioridade são os que precisam mais de acções dos países ricos. Tendo o maior caminho a percorrer para atingir os Objectivos, o crescimento económico estagnou durante uma década ou mais, levando a uma acumulação de níveis de dívida insustentáveis. Estes países dependentes das exportações de mercadorias primárias cujos preços caíram substancialmente. A ajuda também diminuiu nos anos 1990 – para metade por cabeça na África Subariana – e está muito aquém do que é necessário para atingir os Objectivos.

*Mais ajuda – e ajuda mais efectiva.* A maré de declínio da ajuda foi transformada com as promessas feitas na conferência de Monterrey, prometendo-se cerca de 16 mil milhões de dólares por ano de ajuda adicional até 2006. Todavia, esse aumento leva a assistência oficial total ao desenvolvimento para apenas 0,26% dos rendimentos nacionais brutos dos 22 membros da Comissão de Assistência ao desenvolvimento da OCDE, ficando muito aquém dos 0,7% no sentido dos quais os países ricos prometeram trabalhar em Monterrey e Joanesburgo. Também fica aquém da necessidade estimada, cuja ordem de grandeza baixa e conservadora é de cerca de 100 mil milhões de dólares por ano – uma duplicação da ajuda que viria para cerca de 0,5% do rendimento nacional bruto dos países da Comissão de Assistência ao Desenvolvimento.

Mas mais ajuda não é suficiente: ela também tem que ser mais efectiva. O Consenso de Monterrey incluí um compromisso dos doadores de ajudar apenas se os países em vias de desenvolvimento fizerem esforços concertados para melhorar a governação económica e democrática e puserem em prática políticas de efectiva redução da pobreza. O Consenso também exige que os doadores melhorem as suas práticas, especialmente de forma a respeitarem as prioridades de desenvolvimento dos países receptores, a soltarem a ajuda, a harmonizarem as suas práticas e a reduzirem os fardos administrativos para os países receptores e a descentalizarem. Estes importantes compromissos foram reiterados na

Declaração de Roma sobre Harmonização, aprovada por chefes de instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento que se reuniram em Roma em Fevereiro de 2003.

*Novas abordagens do perdão da dívida.* Vinte e seis países beneficiaram do perdão da dívida ao abrigo da iniciativa Países Pobres Fortemente Endividados (HIPC), tendo oito destes atingido o «ponto de conclusão», o que significa que lhes foi cancelada parte da dívida. Mas é preciso fazer muito mais – não só para mais países beneficiarem, mas também para assegurar que os fardos da dívida dos países sejam realmente sustentáveis. O Uganda, por exemplo, sofreu recentemente o colapso dos preços do café e a redução dos rendimentos das exportações, pelo que os seus níveis de dívida voltaram a tornar-se insustentáveis.

*Expandir o acesso aos mercados ajuda os países a diversificar e a expandir o comércio.* As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em vias de desenvolvimento. Os direitos aduaneiros médios da OCDE sobre produtos manufacturados provenientes dos países em vias de desenvolvimento são mais de quatro vezes os que incidem sobre bens manufacturados de outros países da OCDE. Além disso, os subsídios agrícolas nos países ricos levam à concorrência desleal. Os agricultores de algodão do Benim, do Burkina Faso, do Chade, do Mali e do Togo melhoraram a produtividade e atingiram custos de produção mais baixos do que os seus concorrentes dos países ricos. Mesmo assim, mal podem competir. Os subsídios agrícolas dos países ricos totalizam mais de 300 mil milhões de dólares por ano – cinco vezes a assistência oficial ao desenvolvimento.

*Melhor acesso ao progresso técnico global.* Os avanços tecnológicos das últimas décadas aumentaram extraordinariamente o potencial de inovação tecnológica capaz de melhorar a vida das pessoas. A esfera de acção dos países para ajudar a canalizar os progressos tecnológicos de um modo que acelere o do desenvolvimento humano, invertendo a situação actual de negligência relativamente às necessidades das pessoas pobres, é enorme. Hoje, por exemplo, apenas 10% do investimento em investigação e

*As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em vias de desenvolvimento*

desenvolvimento médico são orientados para as doenças dos 90% mais pobres da população mundial.

*Acompanhando os compromissos e estabelecendo novas metas.* Os países ricos assumiram muitos compromissos, mas a maioria sem objectivos delimitados no tempo ou quantitativos. Para os países em vias de desenvolvimento atingirem os Objectivos 1-7 até 2015, os países ricos têm que realizar progressos nalgumas áreas críticas antes dessa data – com prazos, de modo que os progressos possam ser controlados. Este Relatório propõe que os países ricos fixem prioridades para:

- Aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento para preencher lacunas de financiamento (calculadas em, pelo menos, 50 mil milhões de dólares).
- Desenvolver medidas concretas para pôr em prática a Declaração de Roma sobre Harmonização.
- Eliminar direitos e quotas para produtos agrícolas, têxteis e vestuário exportado por países em vias de desenvolvimento.
- Eliminar os subsídios às exportações agrícolas dos países em vias de desenvolvimento.
- Chegar a acordo sobre um instrumento de financiamento compensatório para HIPC contra choques externos incluindo colapsos de preços de mercadorias e financiá-lo.
- Chegar a acordo sobre uma redução mais profunda da dívida dos HIPC que tenham chegado ao seu ponto de conclusão para assegurar a sustentabilidade e financiá-la.
- Introduzir a protecção e remuneração do saber tradicional no acordo TRIPS.

- Chegar a acordo sobre o que os países sem capacidade produtiva suficiente podem fazer para proteger a saúde pública ao abrigo do acordo TRIPS.

Tal como as pessoas podem controlar os actos dos respectivos governos para cumprirem os seus compromissos, os países ricos também deviam controlar os seus progressos no cumprimento dos respectivos compromissos. Deviam preparar relatórios de progresso – contribuindo para uma estratégia global de redução da pobreza – que explicassem as suas prioridades de acção.

\* \* \*

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apresentam o mundo com desafios assustadores. A menos que haja uma melhoria radical, são demasiados os países que falharão os objectivos – com consequências desastrosas para os mais pobres e mais vulneráveis dos seus cidadãos. Todavia, hoje o mundo tem uma oportunidade sem precedentes de cumprir o compromisso de erradicar a pobreza. Pela primeira vez existe um verdadeiro consenso entre países ricos e pobres de que a pobreza é o problema do mundo. E é junto que o mundo tem que combatê-la. Como este Relatório explica, muitas das soluções para a fome, a doença, a pobreza e a falta de educação são bem conhecidas. O que é preciso é que os esforços sejam dotados de recursos adequados e que os serviços sejam distribuídos com mais justiça e eficiência. Nada disto acontecerá a menos que todos os países, ricos e pobres, assumam as suas responsabilidades para com os milhares de milhões de pessoas pobres de todo o mundo.

## Responsabilidades dos países ricos

	Ajuda		Alívio da dívida				Comércio			
			Garantias bilaterais		Barreiras tarifárias e não tarifárias (equivalentes-tarifas, %) <sup>c</sup>	Importações de mercadorias				
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida, desembolsada		para o Trust Fund PPAE (milhões de dólares EUA) até Novembro 2002	Cancelamento da dívida bilateral (milhões de dólares EUA) 1990-2002		Dos países em vias de desenvolvimento		Dos países menos desenvolvidos		
	Total (milhões de dólares EUA) 2001	Em % do PNB 2001	Ajuda ligada (% da ajuda total desembolsada) <sup>a</sup> 2001			Total (milhões de dólares EUA) 2001	Parcela das importações totais (%) 2001	Total (milhões de dólares EUA) 2001	Parcela das importações totais (%) 2001	
Alemanha	4,990	0,27	15	226	4,996	21,4	7,488	15,2	218	0,4
Austrália	873	0,25	41	14	72	13,4	2,274	37,5	11	0,2
Áustria	533	0,29	..	44	202	21,8	616	9,4	16	0,3
Bélgica	867	0,37	10	45	544	22,1	2,275	12,7	254	1,4
Canadá	1,533	0,22	68	114	1,207	12,7	3,558	16,1	35	0,2
Dinamarca	1,634	1,03	7	60	359	21,6	447	10,0	12	0,3
Espanha	1,737	0,30	31	44	980	21,3	3,373	21,8	136	0,9
Estados Unidos	11,429	0,11	..	40	8,062	9,7	54,798	46,4	982	0,8
Finlândia	389	0,32	13	38	156	21,3	338	10,2	16	0,5
França	4,198	0,32	33	181	13,043	21,4	5,112	17,4	236	0,8
Grécia	202	0,17	83	11	..	22,5	670	23,8	18	0,6
Holanda	3,172	0,82	9	199	1,575	19,9	3,860	23,5	73	0,4
Irlanda	287	0,33	..	24	..	22,9	700	13,6	17	0,3
Itália	1,627	0,15	92	153	1,156	20,1	4,323	18,3	98	0,4
Japão	9,847	0,23	19	200	3,908	34,8	20,582	58,9	110	0,3
Luxemburgo	141	0,82	..	318	..	..	28	2,6	1	0,1
Noruega	1,346	0,83	1	300	237	61,1	405	12,3	12	0,4
Nova Zelândia	112	0,25	..	29	..	12,0	383	28,8	2	0,1
Portugal	268	0,25	42	27	460	20,5	556 <sup>c</sup>	13,9 <sup>c</sup>	29 <sup>c</sup>	0,7 <sup>c</sup>
Reino Unido	4,579	0,32	6	77	1,886	20,9	6,535	18,9	132	0,4
Suécia	1,666	0,81	14	189	121	20,5	580	9,8	10	0,2
Suíça	908	0,34	4	127	311	37,1	694	8,3	9	0,1

Nota: Este quadro apresenta dados relativos aos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE.

a. Refere-se à ajuda ligada e parcialmente ligada como percentagem da ajuda total, excluindo a cooperação técnica. b. Esta é uma medida agregada das barreiras comerciais dirigidas aos países em desenvolvimento. Mede não só as barreiras monetárias (tarifas), mas também as não monetárias, como as quotas de importação e os efeitos dos subsídios domésticos. c. Os dados referem-se ao ano 2000.

Fonte: Colunas 1 e 2: OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 3: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da ajuda ligada e parcialmente ligada, de OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 4: Geithner e Nankani 2002. Coluna 5: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados do cancelamento da dívida, de OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 6: Birdsall e Roodman 2003. Colunas 7-10: UN 2003a.

## Lutando para Atingir os Objectivos – definir países de máxima e alta prioridade

### Países prioritários relativamente a cada Objectivo

Este Relatório identifica países de máxima e alta prioridade para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ver quadro 2.1). O objectivo é identificar países em que é necessária acção urgente para atingir um Objectivo (países de máxima prioridade) e países em que a situação é menos desesperada mas ainda exige melhorias significativas nos progressos (países de alta prioridade; ver nota técnica 2).

Nos países de máxima prioridade, a pobreza humana consolidada conjuga-se com a ausência de progresso ou mesmo com a reversão (ver matriz). Estes são os países que estão em crise em relação a todos os Objectivos e os países em que devem concentrar-se a atenção do mundo e os recursos.

Nos países de alta prioridade, a situação é menos desesperada – mas continua a haver grandes necessidades. Estes países ou estão em níveis médios de arranque mas a enfrentar progresso falhado ou em reversão, ou sofrem de extrema pobreza humana, embora fazendo progressos moderados – mas ainda a avançar demasiado devagar para atingir o Objectivo.

### Países de máxima e alta prioridade

	Países de máxima prioridade	Países de alta prioridade
<i>África ao Sul do Sara</i>	25	13
<i>Leste Asiático e Pacífico</i>	0	4
<i>Sul da Ásia</i>	1	1
<i>Estados Árabes</i>	3	3
<i>América Latina e Caraíbas</i>	1	3
<i>Europa do Leste e CEI</i>	1	4

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseado do quadro 2.1.

### Países prioritários em vários Objectivos

Há 31 países de máxima prioridade em várias Objectivos, o que significa que são países de prioridade máxima relativamente a pelo menos três Objectivos ou a pelo menos metade dos Objectivos relativamente aos quais existem dados, com um mínimo de três pontos de dados. Se só estiverem disponíveis dados relativos a dois Objectivos. São de máxima prioridade em ambas.

Há 28 países de alta prioridade em vários Objectivos. Estes países não caem na categoria de prioridade máxima mas são de máxima ou alta prioridade relativamente a pelo menos três Objectivos, são de máxima prioridade relativamente a dois Objectivos ou são de máxima ou alta prioridade relativamente a pelo menos metade dos Objectivos para os quais existem dados, com um mínimo de três pontos de dados. Se só estiverem disponíveis dados relativos a dois Objectivos, são de máxima ou alta prioridade em ambos.

Outros 78 países têm dados suficientes para serem avaliados e não caírem nas categorias de prioridade máxima ou alta prioridade. E para outros 32 países não há dados suficientes para fazer avaliações fiáveis.

Agrupar os países em países de máxima prioridade, de alta prioridade e outras categorias é útil, mas esses esforços devem ser encarados com precaução. As classificações salientam que os países em maior risco ou que não conseguem atingir os Objectivos estão na África Subariana e na Ásia Central. Mas os dados subjacentes relativos aos Objectivos individuais são muitas vezes medidos de forma imprecisa e a classificação de alguns países mudará à medida que os dados melhorarem. Além disso, a muitos países faltam muitos dados relativos aos Objectivos individuais para que sejam dadas classificações globais adequadas. Assim, alguns dos 32 países da «outra» categoria seriam países de máxima ou alta prioridade se os dados subjacentes

fossem mais completos (exemplos envolvem Quirguizistão e Paquistão).

Além disso, os critérios de classificação aqui utilizados são plausíveis mas são apenas uma de muitas opções razoáveis. Alguns países estão na fronteira entre categorias e mudariam de categoria se fossem utilizados critérios de classificação ligeiramente diferentes. Finalmente, muitos países que não são de máxima ou alta prioridade atrasam-se muitas vezes num ou mais Objectivos e precisam de considerável atenção e ajuda internacionais.





# O Pacto de Desenvolvimento do Milénio

Em Setembro de 2000, os líderes mundiais adoptaram a Declaração do Milénio das Nações Unidas, comprometendo as suas nações com esforços globais mais sólidos para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que emergiram da Declaração são metas específicas mensuráveis, incluindo a da redução – até 2015 – da pobreza extrema que ainda atinge mais de mil milhões de pessoas no mundo. Estes Objectivos e os compromissos dos países ricos e pobres de os atingir foram afirmados no Consenso de Monterrey que emergiu da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento das Nações Unidas, em Março de 2002, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, e no lançamento da Ronda de Doha sobre comércio internacional.

Líderes mundiais de países ricos e pobres descreveram a conferência de Monterrey como assinalando um pacto entre eles de apoio a objectivos partilhados de desenvolvimento. Esse compromisso é a base do Pacto de Desenvolvimento do Milénio aqui proposto – um Pacto através do qual a comunidade mundial pode cooperar para ajudar os países pobres a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Este Pacto apela a todos os envolvidos para orientarem os seus esforços no sentido de assegurar o êxito dos Objectivos, num sistema de responsabilidades partilhadas. Os países pobres podem insistir numa maior ajuda dos doadores e em ter mais fácil acesso aos mercados dos países ricos. As pessoas pobres podem responsabilizar os seus políticos por atingirem as metas de redução da pobreza dentro do calendário especificado. E os doadores podem insistir em melhor governação

nos países pobres e mais responsabilidade no uso da ajuda dos doadores.

Todavia, a despeito dos admiráveis compromissos assumidos na Assembleia do Milénio e em reuniões internacionais mais recentes, dezenas de países são considerados casos prioritários (diferenciados como de “prioridade máxima” e de “prioridade alta” neste Relatório) porque estão perigosamente fora da rota para atingir os Objectivos, tornando o Pacto mais crucial do que nunca. Forças globais para o desenvolvimento – expansão dos mercados, progresso tecnológico, difusão da democracia – estão a beneficiar grande parte do mundo. Mas também estão a passar ao lado de centenas de milhões das pessoas mais pobres do mundo. A meta para os Objectivos está apenas a uma dúzia de anos de distância. E boa governação e instituições eficientes nos países mais pobres, embora vitais para o êxito, não serão suficientes. Os países ricos precisam de fornecer mais financiamento e regras mais adequadas para o sistema internacional, como prometeram, para tornar os Objectivos atingíveis nos países mais pobres.

Atingir os Objectivos devia começar pelo reconhecimento de que cada país tem que prosseguir uma estratégia de desenvolvimento que satisfaça as suas necessidades específicas. As estratégias nacionais deviam basear-se em experiências sólidas, boa ciência e adequado controlo e avaliação. Dentro destes limites, os países pobres exigem liberdade de manobra com os doadores para projectarem políticas localmente apropriadas. Se não forem verdadeiramente assumidos, os programas nacionais não serão apropriados às condições locais nem politicamente sustentáveis. Os programas nacionais também têm que respeitar os direitos humanos, apoiar o estado de direito e comprometer-se com a sua honesta e eficaz aplicação. Quando

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio resultou da colaboração entre o grupo de trabalho do Relatório do Desenvolvimento Humano e os coordenadores do Grupo de Especialistas do Projecto do Milénio, bem como das contribuições de outros colaboradores deste Projecto.

*A globalização beneficiou algumas regiões do mundo, mas passou ao lado de outras, assim como de muitos grupos dentro de países.*

estas condições estiverem satisfeitas, os países pobres devem poder contar com muito mais assistência dos países ricos, tanto em matéria financeira como na aplicação de regras mais justas aplicáveis ao comércio, às finanças e à ciência e tecnologia.

#### **DAR PRIORIDADE A PAISES QUE FICARAM PARA TRAS**

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio deve concentrar-se primeiro em países prioritários que enfrentam as maiores barreiras para atingir os Objectivos – países com menor desenvolvimento humano e que fizeram menos progressos na última década (ver capítulo 2). Para estes, as reformas políticas internas e muito mais ajuda ao desenvolvimento são vitais.

Nos anos 80 e em grande parte dos anos 90, muitos esforços das instituições financeiras internacionais e dos principais países doadores foram orientados pela convicção de que as forças de mercado colocariam todos os países pobres num ritmo de crescimento económico auto-sustentado. A globalização era vista como o novo grande motor do progresso económico mundial. Presumia-se que os países pobres fossem capazes de atingir o crescimento económico desde que prosseguissem uma boa governação económica, baseada nos preceitos da estabilidade macroeconómica, na liberalização dos mercados e na privatização da actividade económica. Esperava-se que o crescimento económico, por sua vez, trouxesse melhorias generalizadas na saúde, na educação, na nutrição, no alojamento e no acesso às infra-estruturas básicas, como água e saneamento, permitindo que os países se libertassem da pobreza.

Embora se tenha revelado extremamente inadequada para centenas de milhões de pessoas pobres, esta visão optimista ainda tem muito mérito para grande parte do mundo. Apesar dos protestos contra a globalização nos últimos anos, as forças do mercado mundial contribuíram para o crescimento económico – e para a redução da pobreza – na China, na Índia e em dezenas de outros países em desenvolvimento. Milhões de pessoas estão a usufruir de padrões de vida mais altos e vidas mais longas como resultado de

forças globais de mercado e de políticas nacionais que ajudam a aproveitar essas forças.

A globalização beneficiou algumas regiões do mundo, mas passou ao lado de outras, assim como de muitos grupos dentro de países. Nos anos 90, a maior parte da Ásia Oriental e do Sul viu os padrões de vida melhorarem drasticamente. Contudo, uma grande parte da África Subsariana, certas zonas da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e muitos países da América Latina e do Médio Oriente não melhoraram. Além disso, doenças epidémicas, e de forma especialmente dramática o VIH/SIDA, afligem desproporcionalmente aqueles que ficaram para trás e empurraram-nos ainda mais para trás – apanhando as pessoas pobres num ciclo vicioso de pobreza e doença.

Mesmo economias grandes e em crescimento – Brasil, China, Índia, México – contêm regiões de intensa pobreza pouco aliviada pelo crescimento nacional global. O progresso económico e social passa muitas vezes ao lado das minorias étnicas e raciais, e até de maiorias – especialmente das raparigas e das mulheres, que sofrem o preconceito sexual no acesso à escolarização, aos serviços públicos, às oportunidades de emprego e à propriedade privada.

Assim, a despeito de padrões de vida mais elevados que a globalização (apoiada por uma boa governação económica) proporcionou em vastas extensões do mundo, centenas de milhões de pessoas experimentaram reversões económicas em vez de avanços. E mais de mil milhões lutam pela sobrevivência diária aos tormentos da fome e da má saúde.

Há muitas razões para o desenvolvimento económico continuar a passar ao lado de muitas das pessoas e locais mais pobres do mundo. A razão mais comum é a má governação. Quando os governos são corruptos, incompetentes ou irresponsáveis perante os seus cidadãos, as economias nacionais vacilam. Quando a desigualdade de rendimentos é muito grande, as pessoas ricas controlam muitas vezes o sistema político e, pura e simplesmente, negligenciam as pessoas pobres, impedindo o desenvolvimento de base ampla. De igual modo, se os governos não investirem adequadamente na saúde e na educação dos seus povos, o crescimento económico acabará por se extinguir por causa do número



insuficiente de operários saudáveis e habilitados. Sem uma governação sã – em termos de política económica, de direitos humanos, de instituições a funcionar bem e de participação política democrática – nenhum país com desenvolvimento humano baixo pode esperar êxitos a longo prazo nos seus esforços de desenvolvimento nem maior apoio dos países doadores.

Embora muitos observadores se limitassem a ensinar às pessoas pobres a fazerem melhor por si próprias, a maioria dos países pobres enfrentam problemas estruturais muito fora de controlo. Esses problemas envolvem muitas vezes o sistema de comércio internacional – como quando os países ricos bloqueiam as exportações agrícolas dos países pobres ou subsidiam fortemente os seus próprios agricultores, deprimindo os preços mundiais desses produtos. Os países pobres também enfrentam barreiras comerciais quando exportam têxteis e vestuário, bebidas e alimentos transformados e outros produtos em que podiam ser competitivos. Além disso, muitos governos estão arruinados por dívidas externas insuperáveis herdadas de anteriores administrações – ao mesmo tempo que os esforços para o perdão da dívida têm sido demasiado pequenos e tardios.

A geografia dá outra importante explicação para o fracasso do desenvolvimento económico. Muitos países pobres são pura e simplesmente demasiado pequenos e estão geograficamente isolados para atrair investidores, nacionais ou estrangeiros. O Mali, país interior, com 11 milhões de pessoas e um rendimento *per capita* anual de 240 dólares (800 quando medido em termos de paridade de poder de compra), é de pouco interesse para a maioria dos potenciais investidores estrangeiros. Com um PNB de 2,6 mil milhões de dólares, a sua economia é mais ou menos como a de uma pequena cidade de um país rico onde, digamos, 85.000 pessoas vivem com uma média de 30.000 dólares por ano. Enfrentando custos de transporte muito elevados, e quase sem interesse das firmas internacionais em investir na produção para pequenos mercados internos, a globalização passa ao lado de tais países.

Países pobres e distantes como o Mali ligam-se geralmente à economia mundial produzindo algumas mercadorias primárias tradicionais. Mas o lento crescimento do mercado mundial,

tecnologias inalteradas e muitas vezes preços mundiais voláteis e em declínio para essas mercadorias oferecem uma base demasiado estreita para o progresso económico. A continuação da forte dependência de um punhado de exportações de mercadorias primárias não dá hipóteses de êxito a longo prazo. Esta infeliz situação aflige grande parte da África Subsaariana, da região andina e da Ásia Central.

A exacerbar estes problemas estruturais está o rápido crescimento populacional, que tende a ser mais rápido em países com desenvolvimento humano mais baixo. Estes desafios podem atrasar gravemente a disponibilidade de terra arável e aumentar a degradação ambiental (desflorestação, degradação dos solos, esgotamento das pescas, água potável reduzida).

Além disso, as barreiras geográficas, a dependência das mercadorias e as pressões geográficas misturam-se muitas vezes com um pesado fardo de doenças como o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária – ou com limitações biofísicas como solos gastos e ecossistemas degradados. Os países ricos, e as instituições económicas que controlam, podem concentrar-se na boa governação ao determinarem as afecções para a ajuda. Mas é muito frequente que se esqueçam dos outros desafios que muitos dos países mais pobres enfrentam – especialmente uma vez que os países mais ricos não experimentaram o ataque devastador de doenças tropicais endémicas como a malária. Há demasiados políticos nos países ricos que acham que os países pobres não estão, pura e simplesmente, a esforçar-se o suficiente para se desenvolverem, não compreendendo as forças estruturais mais profundas que estão presentes.

#### **LIMIARES CRITICOS PARA SAIR DAS ARMADILHAS DA POBREZA**

Estas dificuldades estruturais deixam os países presos nas armadilhas da pobreza. Mas mesmo em condições tão terríveis como estas, há razões de esperança. A doença generalizada, o isolamento geográfico, as ecologias frágeis, o excesso de dependência das exportações de mercadorias primárias e o rápido crescimento populacional estão ao alcance de soluções práticas comprovadas. Entre elas contam-se

*Os investimentos públicos nas pessoas pobres estimulam o crescimento económico, enquanto o crescimento económico sustenta esses investimentos*

mudanças políticas dos países ricos e investimentos muito maiores em infra-estruturas, controlo da doença e sustentabilidade ambiental pelos países pobres, apoiados por mais ajuda financeira dos governos doadores. Daí a necessidade do Pacto de Desenvolvimento do Milénio: sem ele, os países pobres continuarão presos na armadilha da pobreza, com crescimento económico baixo ou negativo.

O crescimento económico sustentado ajuda a quebrar as amarras da pobreza de duas maneiras. Primeiro, aumenta directamente o rendimento médio das famílias. Quando as famílias que estão abaixo do limiar da pobreza partilham a subida média do rendimento nacional, a extensão da extrema privação de rendimentos (isto é, a parte da população que sobrevive com menos de 1 dólar por dia) é directamente reduzida. O crescimento económico tem uma importante história de elevação das pessoas pobres para cima da linha de privação de rendimentos.

Mas esses ganhos não são automáticos. Podem ser dissipados se a desigualdade de rendimentos se alargar e as pessoas pobres não partilharem adequadamente o crescimento – um fenómeno observado em muitos países nos últimos anos. Portanto, o Pacto põe ênfase em acções para garantir que as pessoas pobres partilhem o crescimento global, com incidência na expansão do seu acesso a activos críticos – inclusive dando posse segura de terras, tornando mais fácil iniciar pequenos negócios, apoiando exportação intensiva de mão-de-obra e alargando o acesso à microfinança. Note-se que o crescimento económico reduz a privação de rendimentos principalmente quando a desigualdade inicial de rendimentos é pequena.

O crescimento económico também funciona indirectamente, reduzindo outras formas de pobreza através do aumento das receitas governamentais e permitindo mais investimentos públicos na educação, nas infra-estruturas básicas, no controlo da doença e na saúde (particularmente saúde materna e infantil). Além de reduzir outras formas de pobreza, estes investimentos aceleram o crescimento económico com o aumento da preparação e a produtividade dos trabalhadores – e assim os rendimentos de mercado das pessoas pobres.

Embora o crescimento económico não seja um remédio milagroso para outras formas de pobreza, dá uma poderosa contribuição para a redução da pobreza – desde que as políticas públicas assegurem que os dividendos cheguem às pessoas pobres. Alguns países pobres atingiram ganhos impressionantes na educação e na saúde tornando-as prioridades altas. Mas só o crescimento pode sustentar esses ganhos, porque mais cedo ou mais tarde os défices orçamentais do governo apoderam-se de uma economia em estagnação. Em suma: os investimentos públicos nas pessoas pobres estimulam o crescimento económico, enquanto o crescimento económico sustenta esses investimentos.

A igualdade de género desempenha um papel central em todas essas áreas. As poderosas ligações entre produtividade, saúde feminina e materna – incluindo a saúde reprodutiva – e educação das raparigas são muitas vezes bloqueadas pela falta de delegação de poderes nas mulheres. Raparigas com maior instrução casam mais tarde. Têm menos filhos, mais instruídos e mais saudáveis. E ganham melhores salários na vida activa. Se as raparigas ficarem fora da escola ou as mulheres instruídas não forem autorizadas a participar plenamente no mercado de trabalho, esses ganhos potenciais são esbanjados. Se os investimentos públicos em infra-estruturas básicas (como água potável) ignorarem as necessidades das mulheres, estas podem ser condenadas a passar horas, todos os dias, a ir buscar água quando podiam estar a participar mais produtivamente na sociedade. Quando as mulheres não têm voz na decisão familiar, as sinergias entre produtividade, saúde e educação ficam coxas. A igualdade de género é, assim, mais do que justiça social – promove desenvolvimento.

Para países presos em armadilhas de pobreza, o crescimento não virá por si e os investimentos domésticos em desenvolvimento humano serão inadequados. Para quebrar as armadilhas de pobreza, os países exigem financiamento muito maior dos doadores para investir muito mais fortemente em saúde, educação, agricultura, água e saneamento e noutras infra-estruturas chave mesmo antes de ocorrer o crescimento económico. Tais investimentos são vitais para criar as condições para o crescimento económico sustentado.

A mensagem é simples: fugir às armadilhas de pobreza exige que os países atinjam certos limiares críticos – de saúde, educação, infra-estruturas e governação – que lhes permitam atingir a descolagem para o crescimento económico sustentado. Dezenas de países pobres caem para níveis abaixo desses limiares, muitas vezes não por culpa própria e por razões que estão completamente fora do seu controlo. É aqui que o Pacto entre países ricos e pobres deve entrar. Se um país prossegue as políticas correctas e se compromete com a boa governação na aplicação dessas políticas, a comunidade mundial – organismos internacionais, doadores bilaterais, actores privados, organizações da sociedade civil – deve ajudar o país a alcançar os limiares críticos através de maior assistência.

#### CLUSTERS DE POLITICAS PARA ESCAPAR ÀS ARMADILHAS DE POBREZA

Escapar das armadilhas de pobreza exige uma abordagem multifacetada – uma abordagem que vá para além dos habituais mandamentos saudáveis da boa governação económica e política. Para os países apanhados nas malhas da pobreza, há seis *clusters* de políticas cruciais:

- Investir em desenvolvimento humano – nutrição, saúde (incluindo saúde reprodutiva), educação, água e saneamento – para estimular uma força de trabalho produtiva que possa participar efectivamente na economia mundial.
- Ajudar pequenos agricultores a aumentar a produtividade e a escapar da agricultura de subsistência e da fome crónica – especialmente em países com populações predominantemente rurais.
- Investir nas infra-estruturas – energia, estradas, portos, comunicações – para atrair novos investimentos em áreas não tradicionais.
- Desenvolver políticas de desenvolvimento industrial que apoiem actividades não tradicionais do sector privado, com especial atenção às pequenas e médias empresas. Tais políticas devem incluir zonas de processamento das exportações, incentivos fiscais e outras iniciativas para promover investimento e despesa pública em investigação e desenvolvimento.
- Enfatizar os direitos humanos e a equidade social para promover o bem-estar de todas as

pessoas e assegurar que as pessoas pobres e marginalizadas – incluindo raparigas e mulheres – tenham liberdade e voz para influenciar decisões que afectem a sua vida.

- Promover a sustentabilidade ambiental e melhorar a gestão urbana. Todos os países, particularmente os mais pobres, precisam de proteger a biodiversidade e os ecossistemas que apoiam a vida (água e ar limpos, nutrientes do solo, florestas, pesqueiros, outros ecossistemas chave) e assegurar que as suas cidades sejam bem geridas para fornecer meios de vida e ambientes seguros.

O primeiro *cluster* – investir em desenvolvimento humano – precisa de ser apoiado por contribuições muito maiores dos doadores, mesmo antes do crescimento económico ter influência. Na verdade, porque uma saúde e uma educação mais adequadas são objectivos do desenvolvimento humano e precursoras do crescimento sustentado, os investimentos nestas áreas são importantes para uma descolagem posterior das actividades privadas. Apoiados por recursos adicionais dos doadores, os investimentos públicos podem provocar grandes progressos na saúde, na população, na nutrição, na educação e na água e saneamento. As tecnologias necessárias são bem conhecidas e estão bem testadas. Assim, podem – e devem – atingir-se grandes ganhos em saúde e educação muito antes do rendimento *per capita* subir substancialmente.

O segundo *cluster* para escapar das armadilhas de pobreza envolve aumentar a produtividade dos pequenos agricultores pobres. A produtividade agrícola pode ser aumentada introduzindo tecnologias mais avançadas, incluindo melhores sementes, sistemas de rotação de culturas e colheitas e gestão de pragas e solos. Também pode ser aumentada melhorando infra-estruturas rurais como sistemas de irrigação, facilidades de armazenamento e transporte e estradas a ligar aldeias a maiores centros de mercado. Para aumentar a produtividade a longo prazo, a segurança da posse da terra pode proteger os direitos dos agricultores e dar-lhes incentivos para investirem em melhoramentos na terra. Estas medidas exigem parcerias público-privado para promover desenvolvimento rural, inclusive através de investimentos cruciais na ciência e na tecnologia agrícolas.

*As estratégias nacionais para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem incluir um compromisso com o direito das mulheres à educação, a serviços de saúde reprodutiva, à propriedade, à posse segura e à participação na força de trabalho*

O terceiro *cluster* de políticas envolve atingir um limiar adequado de infra-estruturas chave para apoiar a diversificação económica. Mais fácil nalguns locais, como as cidades costeiras portuárias. Mas será muito mais difícil noutros sítios, como países interiores ou montanhosos que enfrentam elevados custos de transportes. Mais uma vez, a assistência dos doadores será fulcral para permitir que os países pobres atinjam o limiar da descolagem em matéria de infra-estruturas. Sem ajuda externa, os países ficarão presos na armadilha – demasiado pobres para investirem em infra-estruturas e demasiado carenciados em infra-estruturas para se tornarem internacionalmente competitivos em novas exportações.

O quarto *cluster* de políticas envolve a utilização de políticas especiais de desenvolvimento industrial – incluindo a promoção da ciência e da tecnologia – para criar um ambiente são de investimento para actividades empresariais não tradicionais. Muitas histórias de êxito do desenvolvimento, como as economias dos tigres Ásia Oriental, apoiaram o desenvolvimento de actividades não tradicionais através de paraísos fiscais, zonas de processamento de exportações, zonas económicas especiais, parques de ciência, créditos fiscais ao investimento, financiamento dirigido para a investigação e desenvolvimento e concessões públicas de infra-estruturas e terra. Sem esses incentivos especiais, é difícil os pequenos países pobres entrarem em áreas não tradicionais da economia mundial. Como resultado, poucos tiveram êxito. Aqui, as instituições microfinanceiras podem ajudar, dando incentivos especiais a uma escala muito menor para promover o emprego e a geração de rendimentos em micro, pequenas e médias empresas. Tal como no caso das propriedades rurais, a propriedade habitacional segura para residentes urbanos pobres pode aumentar os seus investimentos produtivos.

O quinto *cluster* de políticas envolve a promoção dos direitos humanos e a atribuição de poder às pessoas pobres através da governação democrática. Em dezenas de países, pessoas pobres, minorias étnicas, mulheres e outros grupos ainda carecem de acesso a serviços públicos e oportunidades privadas – e assim não beneficiarão sequer quando o crescimento co-

meçar a descolar. As instituições políticas devem permitir que as pessoas pobres participem em decisões que afectam as suas vidas e protegê-las de decisões arbitrárias e irresponsáveis dos governos e doutras forças.

As estratégias nacionais para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem incluir um compromisso com o direito das mulheres à educação, a serviços de saúde reprodutiva, à propriedade, à posse segura e à participação na força de trabalho. Também devem tratar de outras formas de discriminação – por raça, etnicidade ou região – que podem marginalizar pessoas pobres dentro dos países. O aprofundamento da democracia através de reformas das estruturas de governação, como a descentralização, pode aumentar a voz das pessoas pobres nas decisões.

O sexto *cluster* de políticas apela a uma melhor gestão ambiental e urbana, especialmente para proteger as pessoas pobres. Não é por coincidência que muitos dos locais mais pobres do mundo sofrem uma enorme variabilidade e vulnerabilidade climática – exigindo uma gestão ecológica sã. Nelas se incluem regiões tropicais e subtropicais vulneráveis a flutuações da pluviosidade e da temperatura provocadas pelo *El Niño*. Essas regiões também estão a sentir os efeitos da mudança climática a longo prazo. Além disso, o rápido crescimento da população e as actividades empresariais indiscriminadas pressionaram os ecossistemas de muitos países com rendimentos baixos e desenvolvimento humano baixo. Essas pressões estão a levar à perda de habitat através da desflorestação e da invasão por estradas, cidades e terra arável – e ao esgotamento de recursos escassos como aquíferos de água doce e pesqueiros costeiros. Um desafio relacionado com isso envolve a gestão da urbanização rápida para salvaguardar a saúde pública e o acesso a coisas básicas como terra, alojamento, transporte, água potável, saneamento e outras infra-estruturas. Tais esforços exigem um cuidadoso planeamento urbano e consideráveis investimentos públicos.

Em suma, para atingir os Objectivos, os países mais pobres têm que escapar às armadilhas de pobreza. Para isso, têm que atingir limiares mínimos na saúde, na educação, nas infra-estruturas e na governação. Também precisam de políticas

agrícolas que aumentem a produtividade, bem como de políticas de desenvolvimento industrial que criem uma base de crescimento económico a longo prazo liderado pelo sector privado. Finalmente, estas políticas têm que ser postas em prática com respeito pela equidade social, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade ambiental. Um maior financiamento dos doadores é crítico para os países mais pobres atingirem os seus limiares – financiamento que deve ser acompanhado por uma melhor governação e uma melhor utilização dos recursos. Em mais ou menos uma geração, o crescimento económico sustentado permitirá a esses países substituírem-se aos doadores no financiamento de serviços públicos básicos e de infra-estruturas.

## EXECUTAR O PACTO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio baseia-se nas responsabilidades partilhadas entre os principais interessados. Exige muitos esforços conjugados e complementares dos países ricos e pobres, das agências internacionais, das autoridades locais, dos actores privados e das organizações da sociedade civil. Algumas acções ocorrerão ao nível dos governos e outras ao nível do sistema internacional – como acordos internacionais para alterar as regras do jogo em matéria de comércio, financiamento e desenvolvimento e gestão da ciência e da tecnologia.

### *PAISES COM DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO – ERRADICAR A POBREZA E ENFRENTAR AS NECESSIDADES BÁSICAS*

É inquestionável que os países com desenvolvimento humano baixo – particularmente os que estão presos em armadilhas de pobreza – têm as necessidades mais prementes. Esses países têm que construir estratégias coerentes para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, baseadas nos seis *clusters* descritos anteriormente.

Como parte dessas estratégias globais de desenvolvimento, o Consenso de Monterrey (ver acima) salienta a importância de estratégias nacionais para reduzir a pobreza. Para esse fim, mais de duas dezenas de países pobres prepararam

Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP), que fornecem quadros para o financiamento, a aplicação e o controlo dessas estratégias. Os documentos descrevem políticas macroeconómicas, estruturais e sociais e programas de promoção do crescimento, de redução da pobreza e de progresso em áreas como a educação e a saúde, indicando as necessidades de financiamento externo. Os PRSP são preparados por governos mas emergem de processos participativos envolvendo a sociedade civil e parceiros externos, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ainda que estejam longe de ser perfeitos, os PRSP aproximam a redução da pobreza do centro de estratégias de desenvolvimento. Também proporcionam um quadro para a coordenação dos doadores baseada em prioridades nacionais. Mas ainda não apoiam adequadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Embora os PRSP mencionem cada vez mais os Objectivos, deviam fornecer mais sistematicamente uma base para a avaliação das políticas do país – e indicar a dimensão da ajuda necessária dos doadores. Ao preparar os PRSP, os governos são aconselhados a ser realistas. O que isso pretende significar é que devem aceitar os níveis existentes da ajuda dos doadores e assumir várias limitações do crescimento económico (como falta de acesso a mercados estrangeiros). Como resultado, os PRSP não chegam a identificar os recursos necessários para satisfazer os Objectivos.

Por exemplo, as orientações do FMI e do Banco Mundial para preparar os documentos – o *PRSP Sourcebook* – recomendam um método de fixar objectivos face às limitações fiscais e técnicas. As orientações não afirmam que essas limitações podem e devem ser aliviadas (por exemplo, através de melhor assistência dos doadores) de modo que os países possam atingir os Objectivos.

Veja-se o PRSP do Malawi, que não é suficientemente ambicioso para atingir os Objectivos. Numa avaliação conjunta das equipas do documento, o FMI e o Banco Mundial disseram que «enquanto a maioria dos indicadores está na linha dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os objectivos do PRSP são menos ambiciosos. É necessário mais trabalho

## *O Pacto de Desenvolvimento do Milénio baseia-se nas responsabilidades partilhadas entre os principais interessados*

*As instituições financeiras internacionais deviam pôr os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro dos seus esforços analíticos, consultivos e financeiros para cada país em desenvolvimento*

para desenvolver metas de longo prazo que se relacionam directamente com as que devem ser atingidas até de 2015. Porém, a extrapolação dos objectivos fixados no PRSP para 2005 sugere que o Malawi não atingirá as metas de 2015. As equipas acreditam que estes objectivos do PRSP são mais realistas e reflectem as actuais condições socio-económicas do Malawi» (pág. 3-4, 23 de Agosto de 2002, <http://www.imf.org>).

A avaliação do FMI e do Banco Mundial do PRSP do Malawi corre o risco de minar os Objectivos e os compromissos assumidos na conferência de Monterrey. O Malawi precisa de muito mais ajuda dos doadores – tal como muitos outros países em circunstâncias semelhantes. Em vez de se lhes dizer que baixem as suas perspectivas, deviam ser ajudados a atingir os Objectivos, com o FMI e o Banco Mundial a ajudarem na mobilizar a necessária ajuda adicional. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio fornece o enquadramento para esse tipo de ajuda internacional.

Todas as estratégias de desenvolvimento nacional, incluindo todos os PRSP, deviam fazer duas perguntas. Primeiro, que políticas nacionais – incluindo a mobilização e a redistribuição dos recursos internos e a concentração do investimento em reformas que aumentem a eficiência e a equidade – são necessárias para atingir os Objectivos? Segundo, que políticas internacionais – incluindo maior assistência dos doadores, maior acesso ao mercado, mais rápido perdão da dívida e maiores transferências de tecnologia – são necessárias?

O Pacto apela a todos os países em desenvolvimento para alinharem a sua estratégia de desenvolvimento (incluindo o seu PRSP, se existir) com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no contexto das suas prioridades e necessidades nacionais. Todas as estratégias nacionais devem definir claramente os esforços ao alcance do país – e os que exigem mais apoio internacional, como maior perdão da dívida, maior assistência aos doadores e melhor acesso a mercados estrangeiros. As estratégias nacionais também devem calcular as necessidades orçamentais a médio prazo para todos os sectores críticos – saúde, educação, infra-estruturas, gestão ambiental. E devem especificar a parte dos orçamentos que pode ser coberta por

recursos domésticos e as partes a ser cobertas por maior ajuda ao desenvolvimento.

Este processo salientará o fosso entre a actual ajuda pública ao desenvolvimento e os níveis necessários para atingir os Objectivos. Os países pobres e os seus parceiros de desenvolvimento podem então cooperar, de boa fé, para garantir que as estratégias nacionais sejam apoiadas por políticas sãs e adequado financiamento.

**PAISES COM DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO – ATACAR BOLSAS DE POBREZA PROFUNDA**

A maioria dos países com níveis médios de desenvolvimento humano deve ser capaz de financiar a maioria ou a totalidade das suas necessidades de desenvolvimento, através de recursos internos ou de recursos estrangeiros sem carácter de concessão (incluindo fluxos privados e empréstimos oficiais de bancos de desenvolvimento multilaterais e de agências bilaterais). Muitos estão a caminho de atingir a maioria ou a totalidade dos Objectivos. Mas há vários que ainda contêm bolsas de pobreza profunda. Assim, ainda precisam de formas chave de apoio dos países ricos – especialmente melhor acesso ao mercado para as exportações e melhores regras de jogo internacionais para as finanças e as transferências de tecnologia. Também precisam de mitigar desigualdades estruturais internas – visando intervenções políticas junto de grupos mais vulneráveis ou marginalizados, seja devido ao género, à etnicidade, à religião ou à geografia.

Esses países também podem ajudar os países de prioridade máxima e alta a definir metas e a determinar os recursos necessários para atingir o Objectivos. Os países com níveis médios de desenvolvimento humano são diversos – desde o Brasil à Malásia, das Maurícias ao México – e fornecem lições importantes para os países que ainda estão presos na pobreza, porque lutaram com (e muitas vezes frente a) muitos dos mesmos desafios ecológicos, de saúde e outros. Muitos países de rendimento médio começaram recentemente a dar aconselhamento sobre desenvolvimento e até ajuda financeira, uma tendência animadora que deve ser fortemente encorajada.

## INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS – POR OS OBJECTIVOS NO CENTRO DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS

As instituições financeiras internacionais deviam pôr os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro dos seus esforços analíticos, consultivos e financeiros para cada país em desenvolvimento. Relativamente a cada PRSP, por exemplo, as avaliações conjuntas do FMI e do Banco Mundial deviam indicar se é provável que a estratégia proposta atinja os Objectivos – e se não, as mudanças necessárias para isso. Os PRSP dariam então a essas instituições uma ocasião de considerarem não só as reformas políticas internas necessárias para fortalecer as instituições, melhorar a governação económica e aumentar o apoio governamental, mas também as medidas necessárias da comunidade internacional: maior assistência dos doadores (incluindo um perdão mais extenso da dívida), melhor acesso a mercados externos para as exportações do país, maiores transferências de tecnologia e acções relacionadas prosseguidas em parceria com o país.

O FMI e o Banco Mundial deviam trabalhar com os países para chegarem a acordo sobre enquadramentos macroeconómicos consistentes com o atingir os Objectivos, incluindo financiamento externo adequado. Então, podem ajudar os países a mobilizar os necessários aumentos da ajuda pública ao desenvolvimento – bem como ajudá-los a acomodar esses fluxos em termos macroeconómicos. Nalguns países, grandes aumentos da ajuda pública ao desenvolvimento causarão a apreciação da taxa de câmbio real. Mas o resultado seguinte será benéfico – se a apreciação da moeda ocorrer no contexto de um enquadramento macroeconómico de médio prazo adequado e se a ajuda dos doadores for investida em capital humano, infra-estruturas físicas e outras necessidades de desenvolvimento. Assim, o FMI e o Banco Mundial devem ajudar os países – e os seus doadores – a usar uma maior ajuda pública ao desenvolvimento com o máximo de eficiência no apoio aos Objectivos.

Os bancos de desenvolvimento regional também têm um papel de grande importância para pôr os Objectivos no centro das estratégias do seu país e otimizando as suas operações de

empréstimo e os seus esforços de cooperação técnica. Estão numa posição única para financiar bens públicos regionais e para encorajar a integração e cooperação regional. O Banco Inter-Americano de Desenvolvimento começou a ir nessa direcção, mas tanto este como outros bancos regionais precisam de fazer mais.

## DOADORES BILATERAIS – REVER ABORDAGENS E FIXAR NOVAS METAS

A ajuda bilateral ao desenvolvimento deve adoptar uma nova abordagem. A questão orientadora já não deve ser «Que progresso pode ser feito no sentido dos Objectivos dentro dos limites da actual ajuda bilateral?». Em vez disso, deve ser «Que níveis e tipos de ajuda dos doadores são necessários para atingir os Objectivos? Os países farão um uso eficiente dessa ajuda?»

Os doadores bilaterais sabem que precisam de melhorar a maneira de prestar ajuda ao desenvolvimento – especialmente à medida que os montantes da ajuda aumentam. Estas melhorias deviam basear-se nos seguintes princípios:

- Os países deviam planificar e dominar as suas estratégias para atingir os Objectivos.
- A ajuda devia ser orientada para os resultados, baseada em análises periciais das propostas dos países e em cuidadoso controlo, avaliação e auditoria dos programas.
- Os doadores bilaterais deviam coordenar o seu apoio às estratégias nacionais – por exemplo, através de abordagens a nível de sector que destaquem o financiamento do orçamento em vez do projecto.
- Os doadores bilaterais deviam, finalmente, eliminar a distinção defeituosa entre ajuda para custos de capital e para custos recorrentes. Ambos os gastos precisam de amplo apoio.

Porque a maioria dos doadores concordou, em princípio, em alinhar os seus programas com os PRSP, ainda é mais importante que esses documentos destaquem o apoio necessário para atingir os Objectivos – os recursos adicionais dos doadores e o seu perdão adicional da dívida, um maior acesso aos mercados e à tecnologia, etc.

Todos os países ricos devem fixar objectivos para os seus repetidos compromissos de aumentar a ajuda, o comércio e o perdão da dívida para os países pobres. Também deviam ser encorajados

*Porque a maioria dos doadores concordou, em princípio, em alinhar os seus programas com os PRSP, ainda é mais importante que esses documentos destaquem o apoio necessário para atingir os Objectivos*

a preparar as suas próprias avaliações e estratégias de redução da pobreza, fixando metas corajosas na linha desses compromissos.

#### **ORGANISMOS DA ONU – FORNECER ASSISTENCIA PERICIAL**

Os organismos da ONU têm um papel vital na ajuda aos países para atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, especialmente através da assistência pericial no projecto e aplicação de programas de desenvolvimento. As Nações Unidas têm grande experiência em todas as áreas focadas pelos Objectivos, incluindo a educação, a saúde, o planeamento do desenvolvimento, o desenvolvimento tecnológico, o estado de direito, a agricultura e muitos outros. Cada um dos principais organismos da ONU devia desenvolver uma estratégia para ajudar os países de rendimento baixo e desenvolvimento humano baixo – especialmente os prioritários – a pôr em prática as respectivas estratégias nacionais.

O sistema da ONU também tem um papel global a desempenhar. Está a mobilizar para:

- Monitorar globalmente os progressos.
- Fazer o rastreio dos progressos a nível nacional.
- Identificar obstáculos chave aos Objectivos – e soluções.
- Envolver amplos segmentos da sociedade em todo o mundo através da Campanha Milénio.

#### **ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO – ESTIMULAR A INTEGRAÇÃO E A COOPERAÇÃO REGIONAL**

Para os países pobres com mercados pequenos – seja por terem pouca população ou por impedimentos geográficos de acesso aos mercados globais – a integração regional deve ser uma prioridade política. A cooperação regional, incluindo os investimentos partilhados em infra-estruturas críticas, pode aumentar as oportunidades comerciais das pequenas economias e proporcionar assim uma plataforma central para o crescimento económico sustentado. A integração regional é particularmente necessária em África, onde muitos países têm pequenas populações ou populações interiores. Tal como as principais iniciativas de cooperação intergovernamental

em África, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano e a União Africana têm importantes papéis no estímulo da integração económica e das parcerias políticas.

#### **A RONDA DE DOHA E OUTRAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS – ABRIR MERCADOS E REDUZIR SUBSIDIOS**

Mesmo que as políticas nacionais sejam adequadas e que aumente o financiamento dos doadores, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não serão necessariamente atingidos se as suas exportações não tradicionais continuarem a ser bloqueadas, ou perderem valor nos mercados mundiais, devido ao proteccionismo dos países ricos. Os países pobres também precisam de muito mais apoio internacional às transferências de tecnologia.

O Consenso de Monterrey e o Plano de Execução de Joanesburgo (da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável) reiteram os compromissos de facilitação do comércio assumidos pelos países ricos na Cimeira do Milénio da ONU. Os países ricos prometeram ajudar os países pobres a atingir os Objectivos – especialmente os países menos desenvolvidos, os pequenos estados insulares e os países interiores em desenvolvimento – concedendo-lhes pleno acesso aos seus mercados. Mesmo assim, embora a Ronda de Doha – a ronda seguinte de negociações comerciais internacionais – tenha sido cognominada como «ronda do desenvolvimento», as primeiras tentativas de pôr o desenvolvimento na vanguarda produziram impasses e frustração.

#### **SOCIEDADE CIVIL – DESEMPENHAR UM PAPEL MAIS IMPORTANTE NAS POLITICAS E NA REDUÇÃO DA POBREZA**

Uma área significativa de progresso na última década foi a crescente influência das organizações e redes locais, nacionais e globais da sociedade civil na condução da mudança de política, bem como no perdão da dívida. As organizações não governamentais (ONG), as organizações comunitárias, as associações profissionais e outros grupos da sociedade civil são chamados regularmente para ajudar a projectar e pôr em prática estratégias de redução da

*Mesmo assim, embora a Ronda de Doha – a ronda seguinte de negociações comerciais internacionais – tenha sido cognominada como «ronda do desenvolvimento», as primeiras tentativas de pôr o desenvolvimento na vanguarda produziram impasses e frustração*



pobreza. A sua participação também assenta em esforços do Fundo Global para o Combate à SIDA, à Tuberculose e à Malária.

Estas novas abordagens reflectem os três papéis da sociedade civil: como participante no projecto das estratégias, como fornecedora de serviços através de organizações comunitárias e ONG nacionais e como guardiã encarregada de assegurar o cumprimento dos compromissos pelo governo. Mas em muitos países esses papéis só gradualmente estão a enraizar-se, com os governos a manterem o domínio sobre a tomada de decisão e a respectiva execução. Insistindo em processos transparentes para desenvolver as estratégias nacionais para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as instituições bilaterais e multilaterais podem ajudar a sociedade civil a reforçar a sua posição na elaboração das políticas e na respectiva aplicação.

#### **SECTOR PRIVADO – PARTICIPAR EM PLANOS DE ACÇÃO GLOBAIS**

O sector privado desempenha um papel crítico no crescimento liderado pelo mercado, particularmente na criação de postos de trabalho e no aumento dos rendimentos. As empresas privadas, além de apoiarem medidas contra a corrupção, deviam apoiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de várias outras maneiras: através da filantropia institucional, de transferências de tecnologia, de maior investimento estrangeiro em países à margem do sistema internacional e na cotação diferencial de bens e serviços para países de rendimento baixos e de desenvolvimento humano baixo.

As empresas podem ser mais eficientes quando funcionam de acordo com planos globais de acção – como é o caso da disponibilidade cada vez maior das empresas farmacêuticas para reduzir os preços dos medicamentos essenciais para a SIDA, perante o apelo das Nações Unidas para que o façam. Devia haver uma cooperação semelhante noutras áreas cruciais, incluindo a agricultura, a gestão ambiental e a tecnologia de informação e comunicações. Além disso, as empresas devem mostrar comportamento ético: respeitar os direitos humanos, abster-se de corrupção e acatar as proibições básicas de trabalho forçado e infantil e de destruição ambiental.

#### **COMUNIDADE CIENTÍFICA – ENFRENTAR AS NECESSIDADES DAS PESSOAS POBRES**

Muitas tecnologias actuais precisam de ser urgentemente complementadas com desenvolvimentos tecnológicos, como as vacinas ou os novos medicamentos para o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária. Porque a maioria dos esforços científicos internacionais passa ao lado das necessidades das pessoas pobres, é crucial que a comunidade científica mundial – liderada por laboratórios nacionais, por agências nacionais de financiamento da ciência e por fundações privadas – trabalhe com grupos científicos dos países pobres para identificar objectivos prioritários de investigação e desenvolvimento e aumentar muito o seu financiamento.

Por essa razão, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio recomenda a criação de vários foros internacionais de inovação tecnológica. Alguns desses foros já existem, mas devem ser apoiados com mais recursos – e outros devem ser criados. Estes foros ajudarão a estabelecer prioridades de investigação e desenvolvimento que satisfaçam as necessidades tecnológicas dos países pobres. Reunirão instituições de investigação e academias científicas internacionais, doadores multilaterais e bilaterais, representantes dos países e grandes intelectuais e representantes do sector privado de áreas chave como a saúde, a agricultura, as infra-estruturas, a tecnologia da informação e das comunicações, sistemas de energia, gestão ambiental e mitigação e adaptação às flutuações climáticas e à mudança do clima a longo prazo.

Identificar prioridades científicas e chegar a acordo sobre as maneiras de financiar a investigação e desenvolvimento necessários, inclusive através de parcerias público-privado, os fóruns recomendarão planos para o progresso tecnológico em cada uma dessas áreas, para análise da comunidade de doadores.

#### **SISTEMA GLOBAL PARA MELHORAR A REFERENCIAÇÃO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRESSOS**

Adoptando metas específicas limitadas no tempo e quantificadas, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma base firme para a referenciação e a avaliação dos

*Muitas tecnologias actuais precisam de ser urgentemente complementadas por desenvolvimentos tecnológicos, como as vacinas ou os novos medicamentos para o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária*

progressos. Mas, o bom acompanhamento e a boa avaliação exigem que a comunidade internacional aumente drasticamente os investimentos em inquéritos e recolha de dados. Relativamente a muitas metas em muitos países, os dados são insuficientes para avaliações quantitativas adequadas. Porque os compromissos conjuntos estão no centro de todos os programas nacionais, as acções dos países pobres e dos seus parceiros ricos precisam de ser acompanhadas muito mais de perto do que no passado.

As novas iniciativas deviam ser encorajadas a acompanhar o desempenho tanto dos países ricos como dos pobres nos seus compromissos ao abrigo do Pacto. Por exemplo, o tamanho e a qualidade dos fluxos dos doadores devem ser cuidadosamente controlados, para garantir que são consistentes com o alcance dos Objectivos. As negociações da Ronda de Doha deviam ser cuidadosamente controladas, para garantir que ela constitua verdadeiramente uma «ronda do desenvolvimento». Também deve ser tomado um cuidado especial para reduzir a corrupção, e também isto pode e deve ser melhor controlado. A contrapartida de fluxos dos doadores muito aumentados deve ser uma transparência e uma responsabilização muito maiores na respectiva actualização.

## CONCLUSÃO

O mundo fez progressos significativos no seu conhecimento e prática de políticas de desenvolvimento. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio visa reunir esse conhecimento e essa prática num enquadramento coerente que reconheça a necessidade de uma abordagem multifacetada para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com base nas premissas de parceria em recentes declarações

internacionais. O Pacto proporciona um enquadramento em que os países mais pobres desenvolvem e dominam planos nacionais que se apoiam na ajuda externa sustentada para se libertarem das armadilhas de pobreza e melhorarem o bem-estar dos seus cidadãos mais pobres. No essencial, o Pacto proporciona um processo de desenvolvimento orientado para os Objectivos em que os principais interessados têm claras responsabilidades – bem como obrigações para os outros actores.

Escapar às armadilhas de pobreza exige que os países atinjam certos limiares críticos – relativamente à saúde, à educação, às infra-estruturas e à governação – a fim de atingir uma descolagem para o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento. Dezenas de países pobres estão abaixo dos limiares, muitas vezes não por culpa própria, mas por razões que estão fora do seu controlo. Esta é a área mais importante em que o Pacto entre países ricos e pobres e actores deve intervir. Se um país prosseguir as políticas correctas e se comprometer com a boa governação na execução dessas políticas, a comunidade mundial – agências internacionais, doadores bilaterais, actores privados, organizações da sociedade civil – devem ajudar o país a atingir os limiares críticos através do aumento da ajuda.

Ao adoptar este Pacto de Desenvolvimento do Milénio, todos os países são chamados a reafirmar os seus compromissos para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a sua prontidão para aceitar as responsabilidades que acompanham esses compromissos. Os doadores bilaterais, as instituições financeiras internacionais, as agências especializadas da ONU, os actores privados e as organizações da sociedade civil deviam avançar com compromissos e acções corajosas e específicas para assegurar o êxito no alcance dos Objectivos.

## Plano temporal: quando serão atingidos os ODM se os progressos não forem mais rápidos?

	Pobreza	Fome	Ensino primário	Igualdade entre gêneros	Mortalidade antes dos 5 anos	Acesso a água	Acesso a saneamento
<b>ATINGIDO</b>	Estados Árabes <sup>a</sup> Leste Asiático e Pacífico	Europa Central e do Leste e CEI <sup>a</sup>	América Latina e Caraíbas <sup>a</sup> Europa Central e do Leste e CEI <sup>a</sup> Leste Asiático e Pacífico <sup>a</sup>	América Latina e Caraíbas		Europa Central e do Leste e CEI <sup>a</sup>	
2000	<b>Mundo</b> Ásia do Sul	Leste Asiático e Pacífico			América Latina e Caraíbas	Ásia do Sul <b>Mundo</b> América Latina e Caraíbas	
2015					Leste Asiático e Pacífico	Leste Asiático e Pacífico	Ásia do Sul <b>Mundo</b> América Latina e Caraíbas Leste Asiático e Pacífico
2020		América Latina e Caraíbas		Leste Asiático e Pacífico			
		<b>Mundo</b>	Ásia do Sul	Estados Árabes Ásia do Sul	Ásia do Sul Estados Árabes <b>Mundo</b>	África Subsariana	
2050			Estados Árabes <b>Mundo</b>				
2100		Ásia do Sul					
		África Subsariana	África Subsariana		África Subsariana		
2200					Europa Central e do Leste e CEI		
<b>REVERSÃO</b>	América Latina e Caraíbas África Subsariana Europa Central e do Leste e CEI	Estados Árabes					África Subsariana

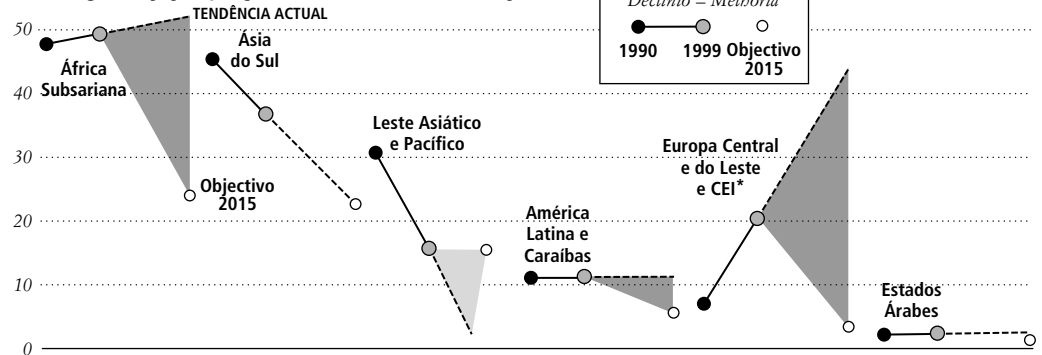
a. Considera-se que a região atingiu o Objectivo na medida em que tem um nível de pobreza humana baixo (abaixo de 10%) no ano mais recente em relação ao Objectivo em questão (ver Nota Técnica 2).  
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados na figura 2.1.

# O progresso alcançado face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

## Resumo regional dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

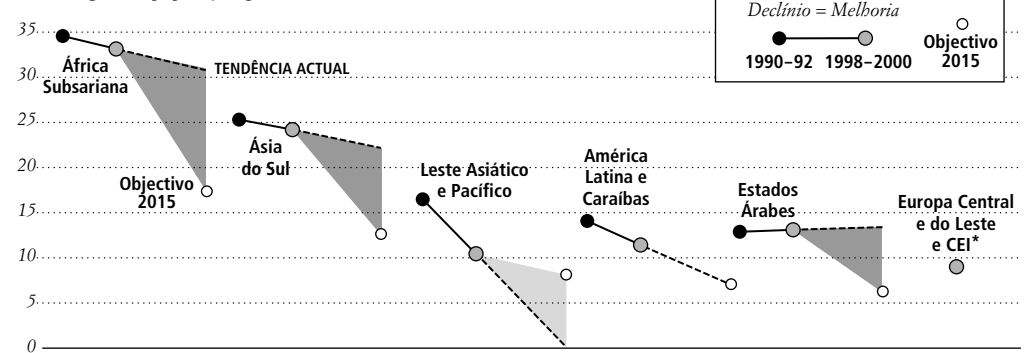
### Pobreza

Percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia



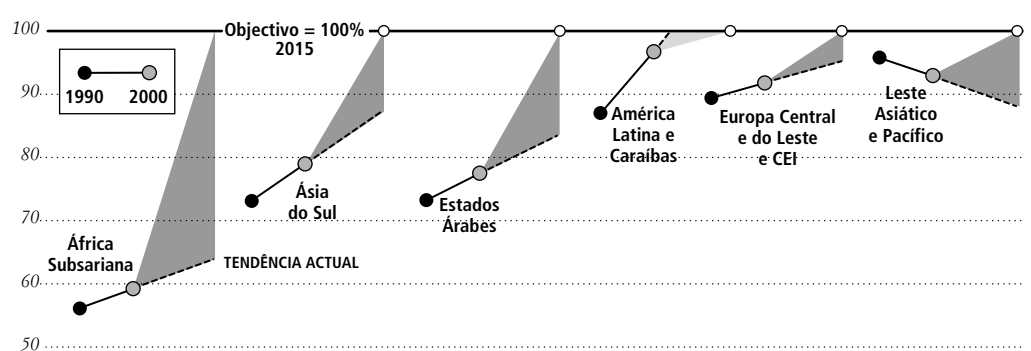
### Fome

Percentagem da população que está malnutrida



### Ensino primário

Taxa líquida de matrículas no ensino primário (percentagem)

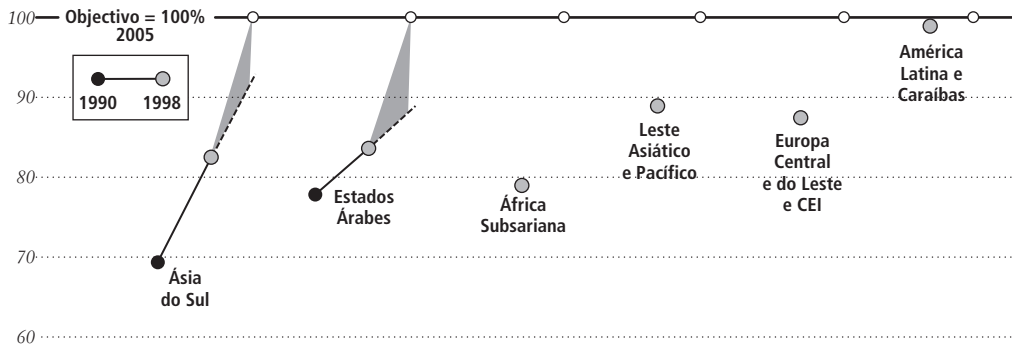


\* refers to population living below \$2 a day.

## Resumo regional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

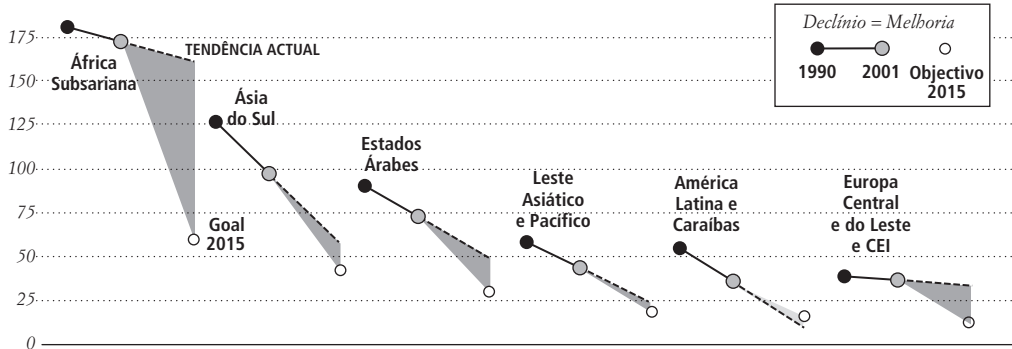
### Igualdade de gêneros

Quociente de raparigas em relação a rapazes no ensino primário e secundário (percentagem)



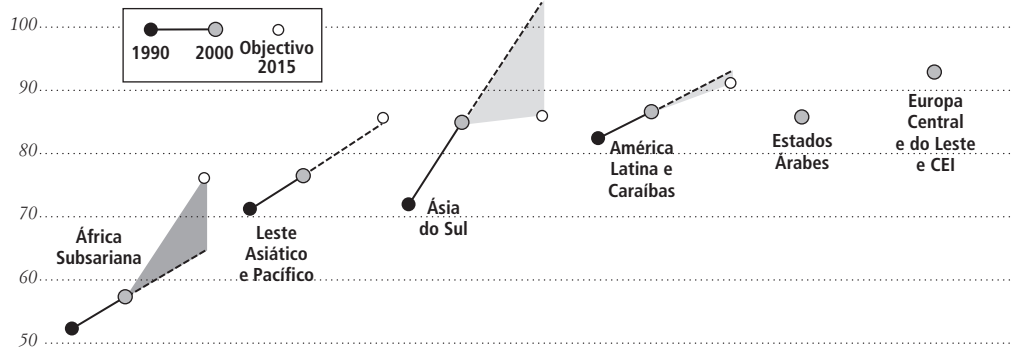
### Mortalidade infantil

Taxa de mortalidade até aos cinco anos por 1 000 nados-vivos



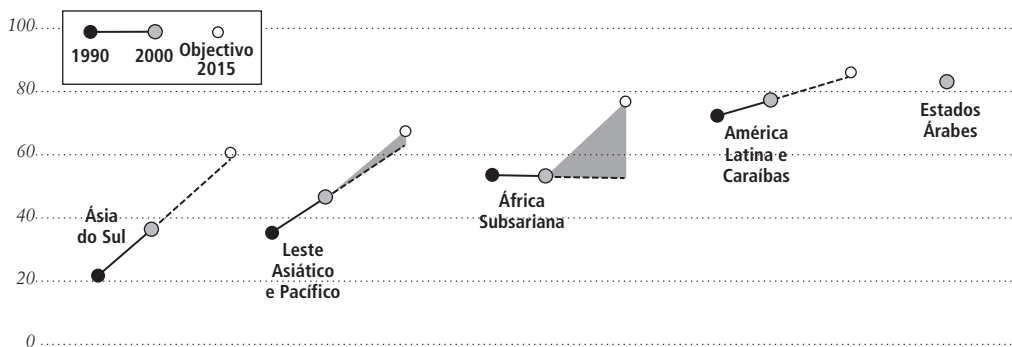
### Acesso a água

Percentagem da população com acesso a água potável salubre



### Acesso a saneamento

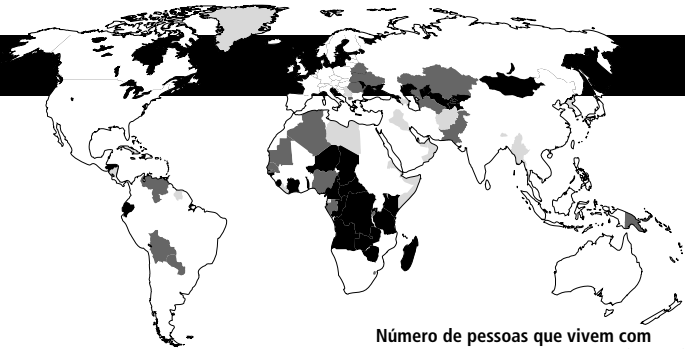
Percentagem da população com acesso a saneamento adequado



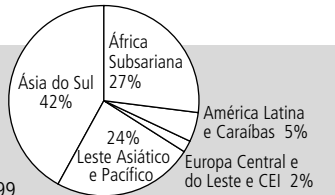
# Pobreza de rendimento

PIB per capita (PPP em milhares de dólares E.U.A.)

Países com rendimento em 1990 de 10 000 dólares ou menos



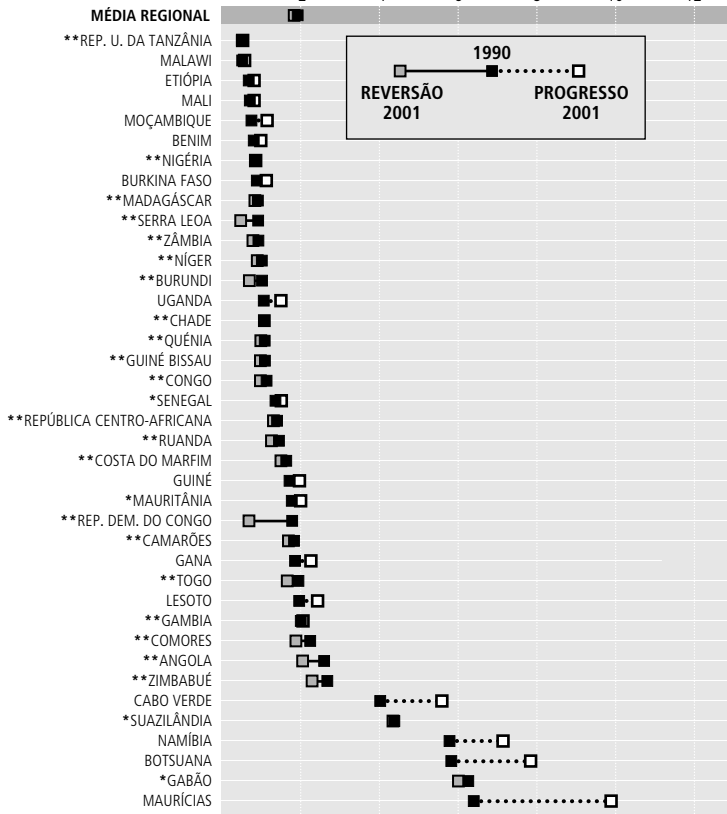
**Distribuição regional das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia**



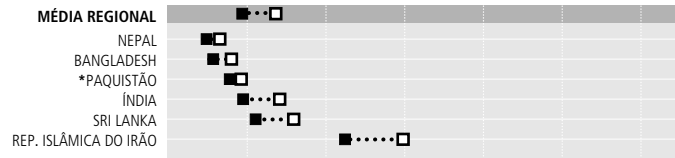
Total global - 1.169 milhões em 1999

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990

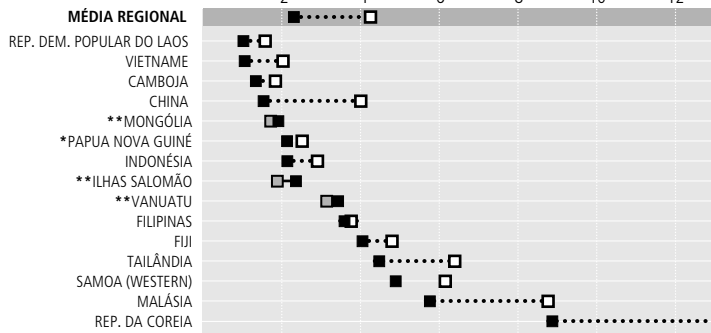
## África Subsariana



## Ásia do Sul



## Leste Asiático e Pacífico

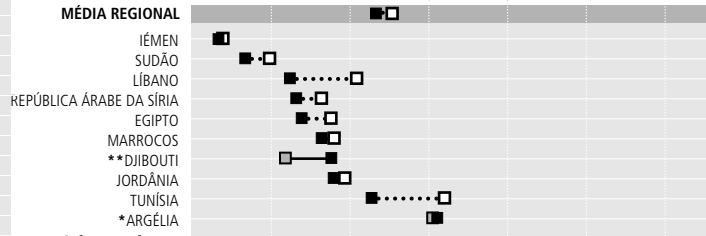


## Número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia, 1999 (milhões)

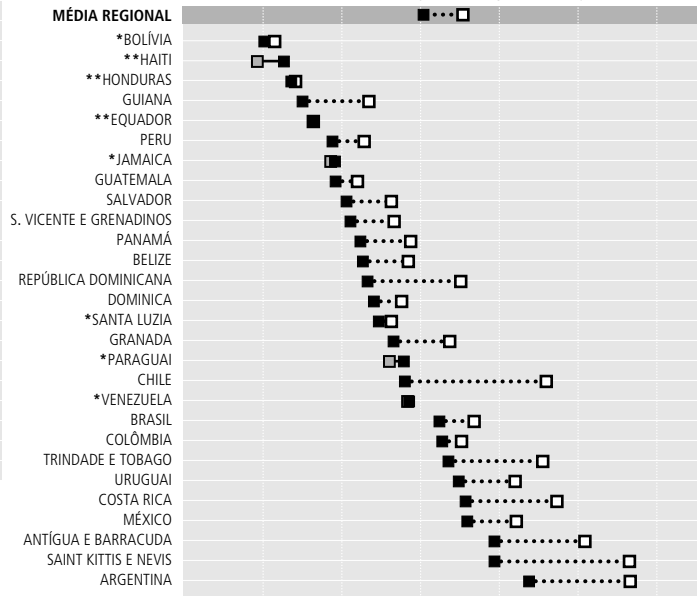
África Subsariana	315
Ásia do Sul	488
Les Asiático e Pacífico	279
Estados Árabes	6
América Latina e Caraíbas	57
Europa Centra e do Leste e CEI†	97

- Prioridade máxima (países com \*\*)
- Prioridade alta (países com \*)
- Sem dados

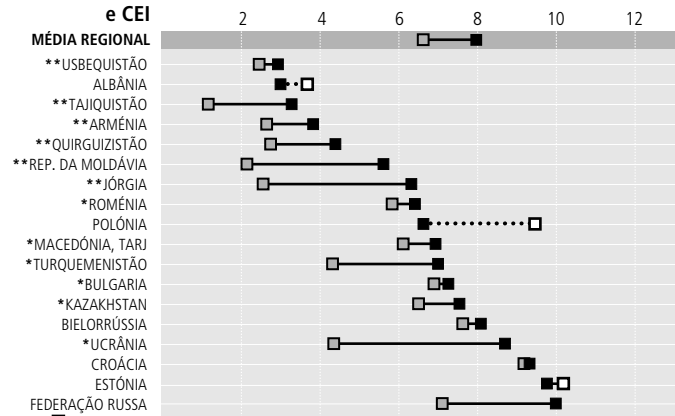
## Estados Árabes



## América Latina e Caraíbas



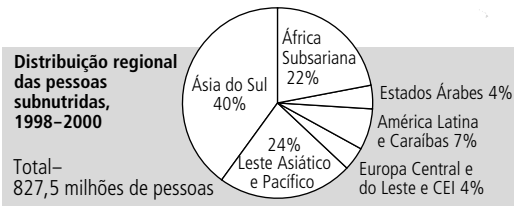
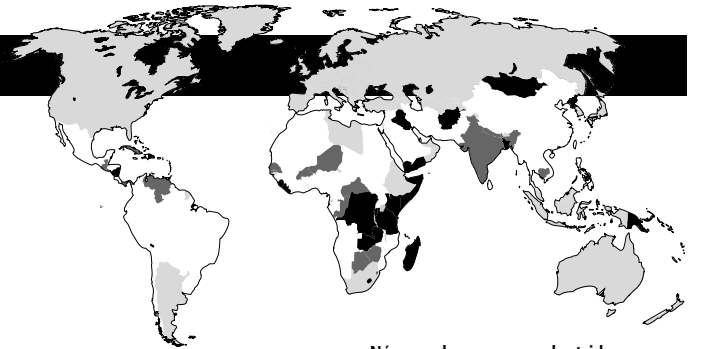
## Europa Central e do Leste e CEI



† refere-se à população que vive com menos de 2 dólares por dia.

# Fome

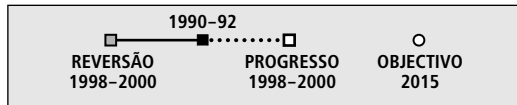
Pessoas subnutridas em percentagem da população total



## Número de pessoas malnutridas 1998-2000 (milhões)

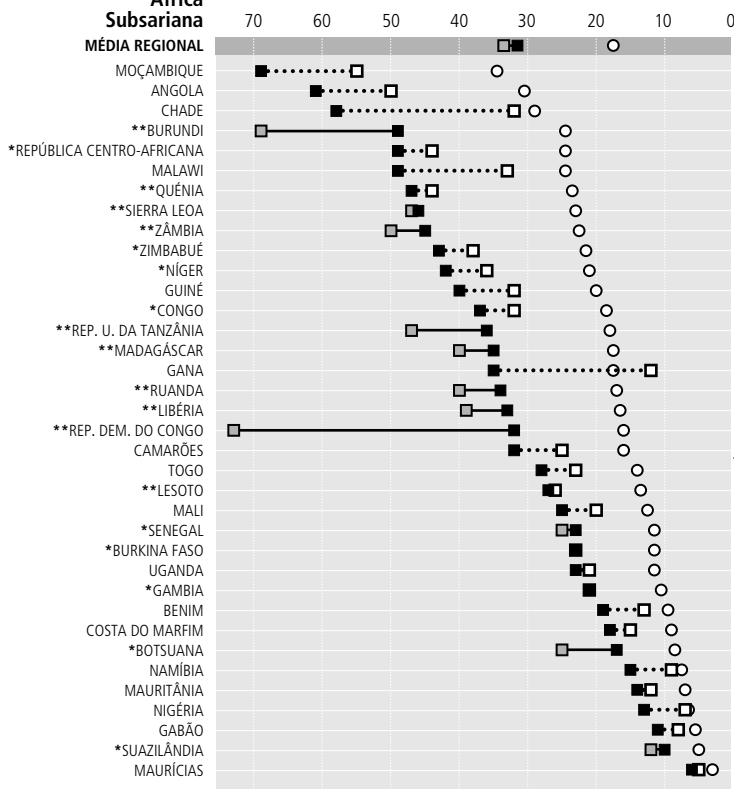
África Subsariana	183,3
Ásia do Sul	333,6
Les Asiático e Pacífico	193,3
Estados Árabes	32,2
América Latina e Caraíbas	54,9
Europa Centra e do Leste e CEI	30,2

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990

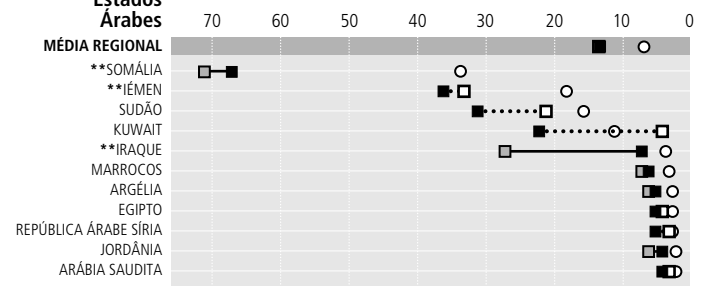


- Prioridade máxima (países com \*\*)
- Prioridade alta (países com \*)
- Sem dados

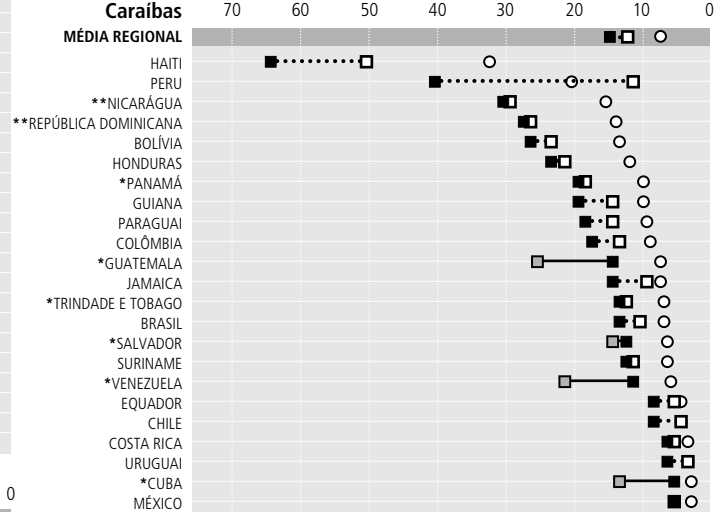
### África Subsariana



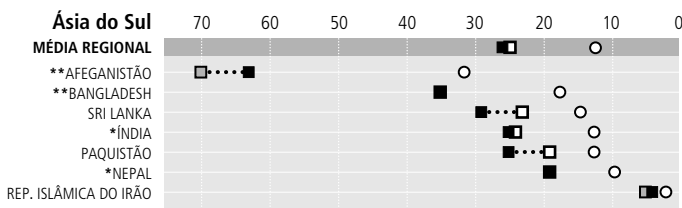
### Estados Árabes



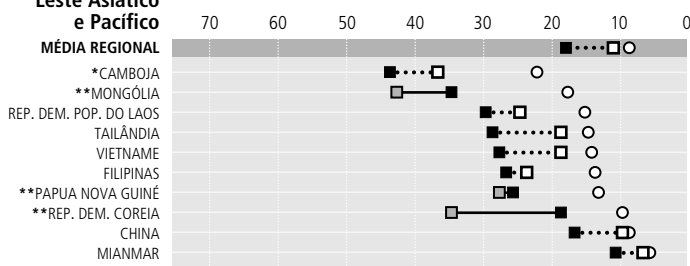
### América Latina e Caraíbas



### Ásia do Sul

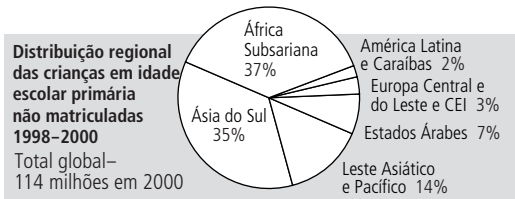
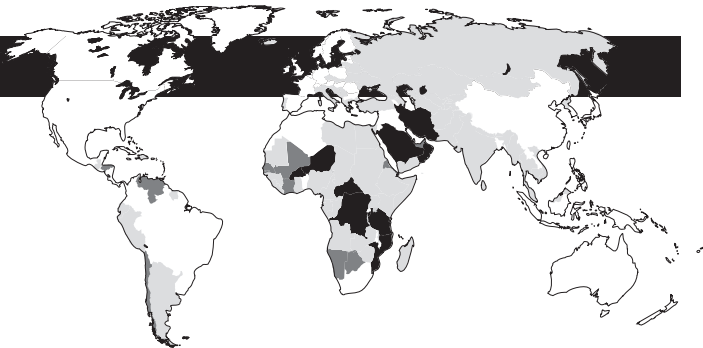


### Leste Asiático e Pacífico

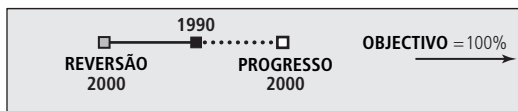


# Ensino primário

Quociente de matrículas líquidas no ensino primário (percentagem)



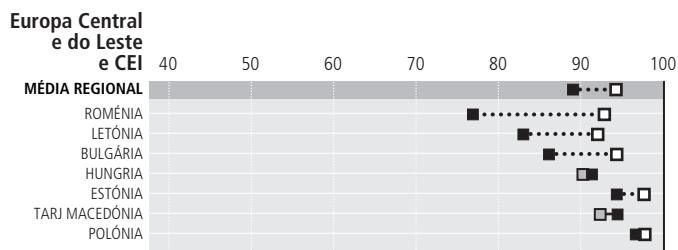
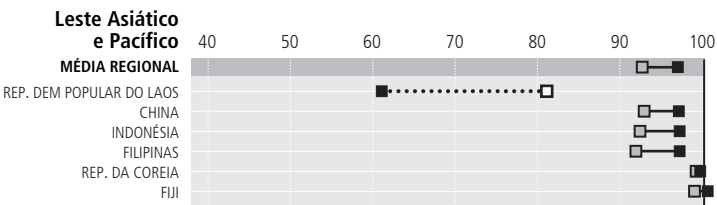
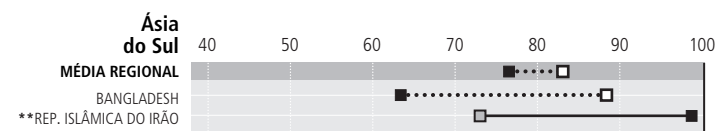
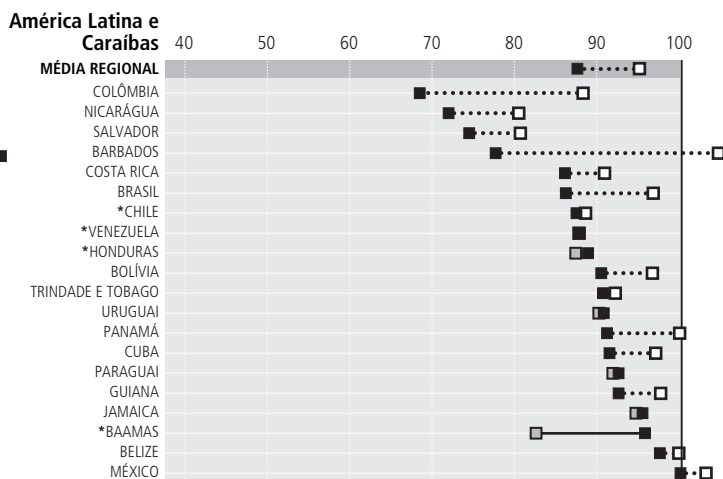
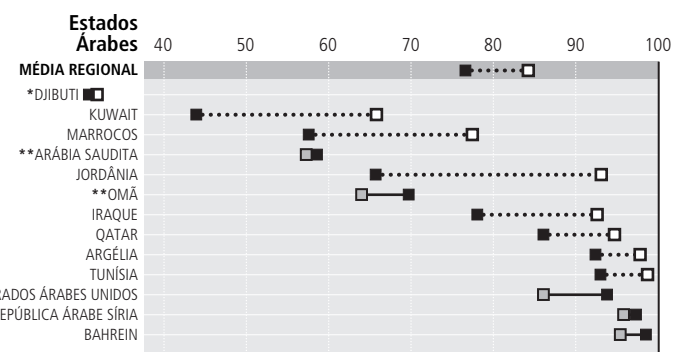
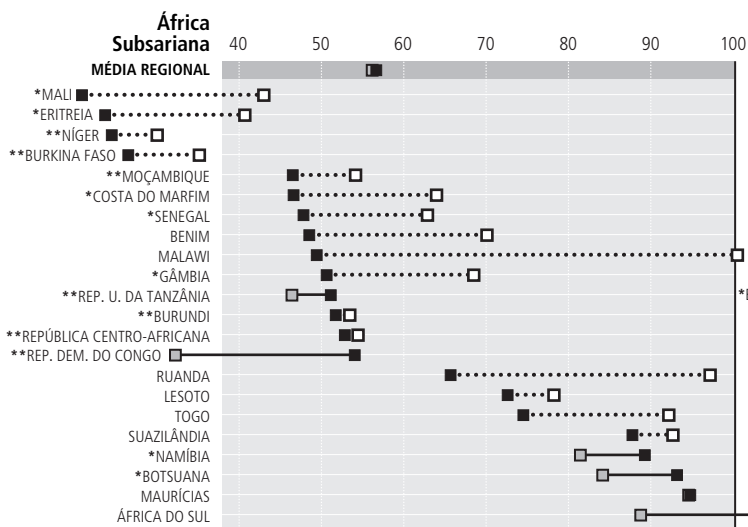
CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990



- Prioridade máxima (países com \*\*)
- Prioridade alta (países com \*)
- Sem dados

**Matrículas líquidas no ensino primário, 2000 (milhões)**

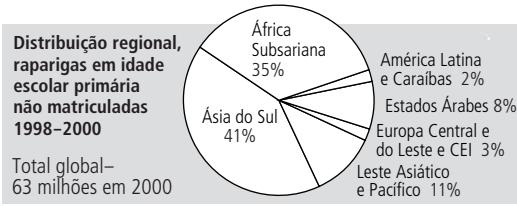
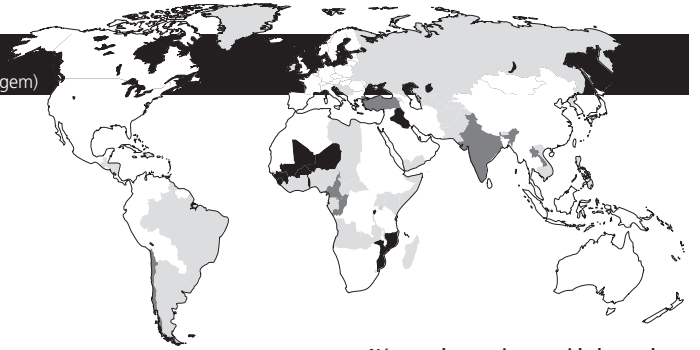
África Subsariana	42,5
Ásia do Sul	39,9
Les Asiático e Pacífico	15,4
Estados Árabes	8,1
América Latina e Caraíbas	2,2
Europa Centra e do Leste e CEI	3,6



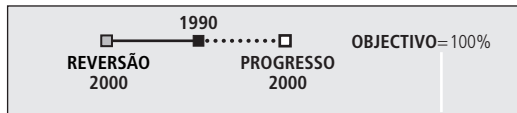


# Igualdade de género

Quociente de raparigas em relação a rapazes no ensino primário e secundário (percentagem)



CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990

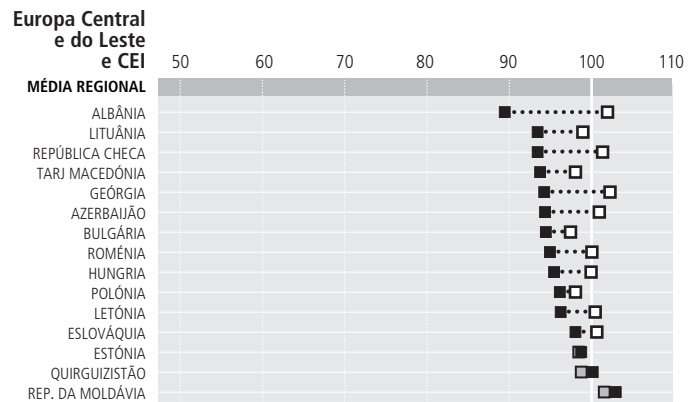
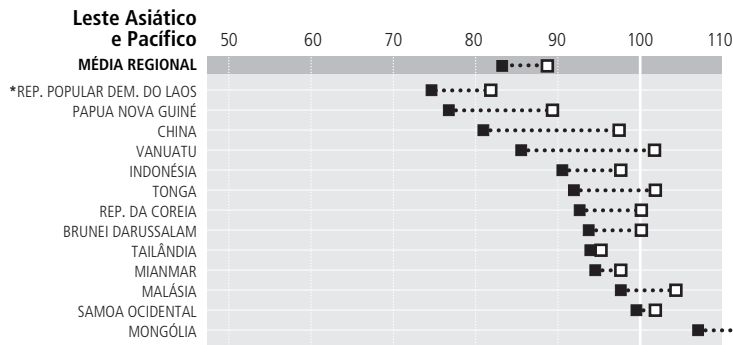
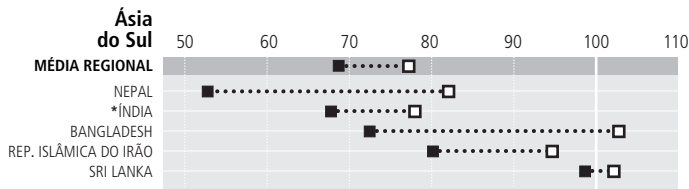
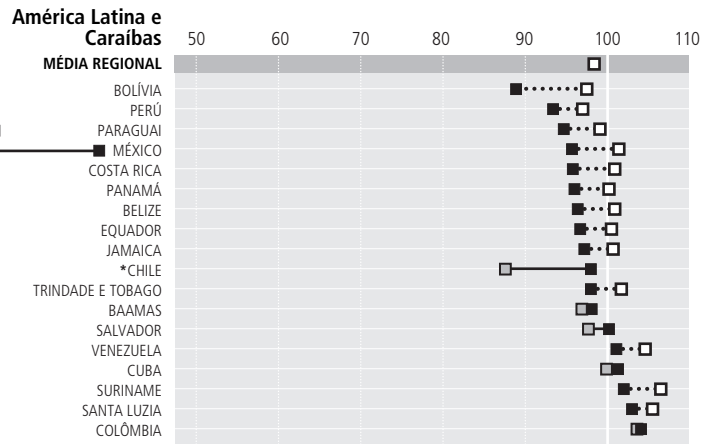
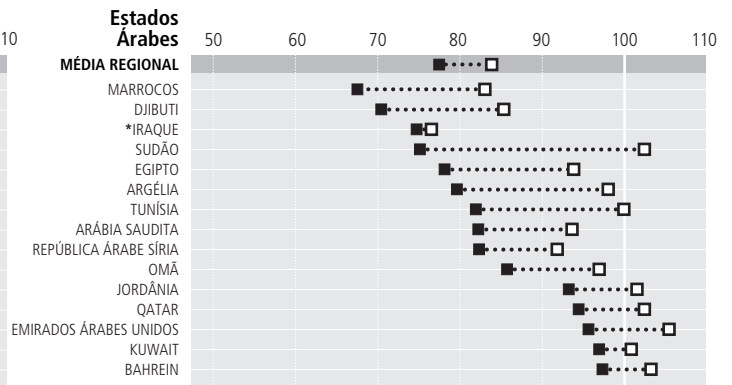
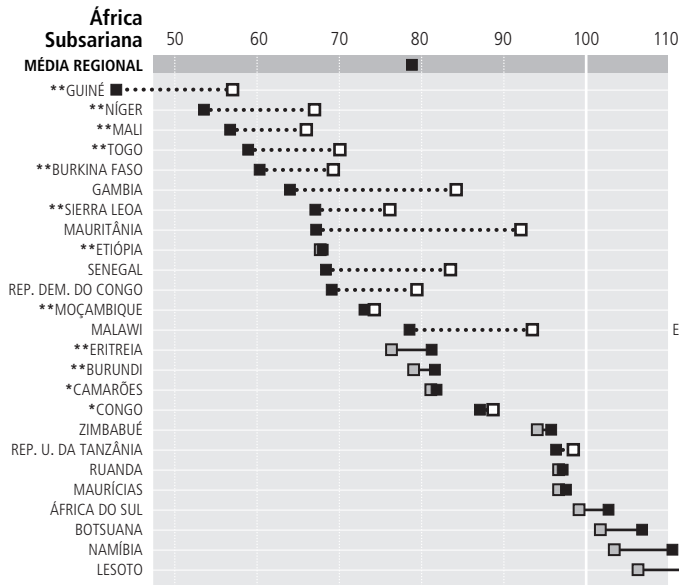


**Número de raparigas em idade escolar primária não matriculadas 2000 (milhões)**

África Subsariana	22,1
Ásia do Sul	26,1
Les Asiático e Pacífico	6,9
Estados Árabes	4,8
América Latina e Caraíbas	1,2
Europa Centra e do Leste e CEI	1,9

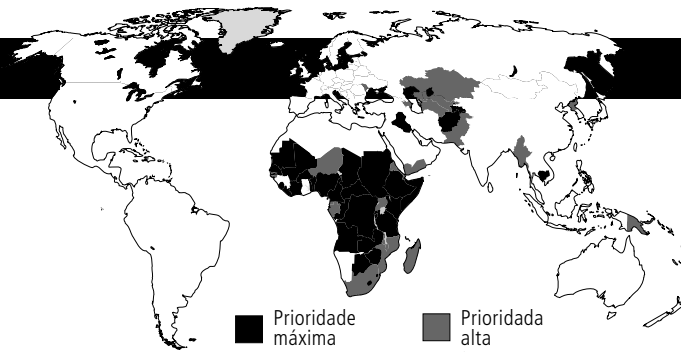
■ Prioridade máxima (países com \*\*)

■ Prioridade alta (países com \*)



# Mortalidade infantil

Taxa de mortalidade antes dos 5 anos (põe 1 000 nados-vivos)



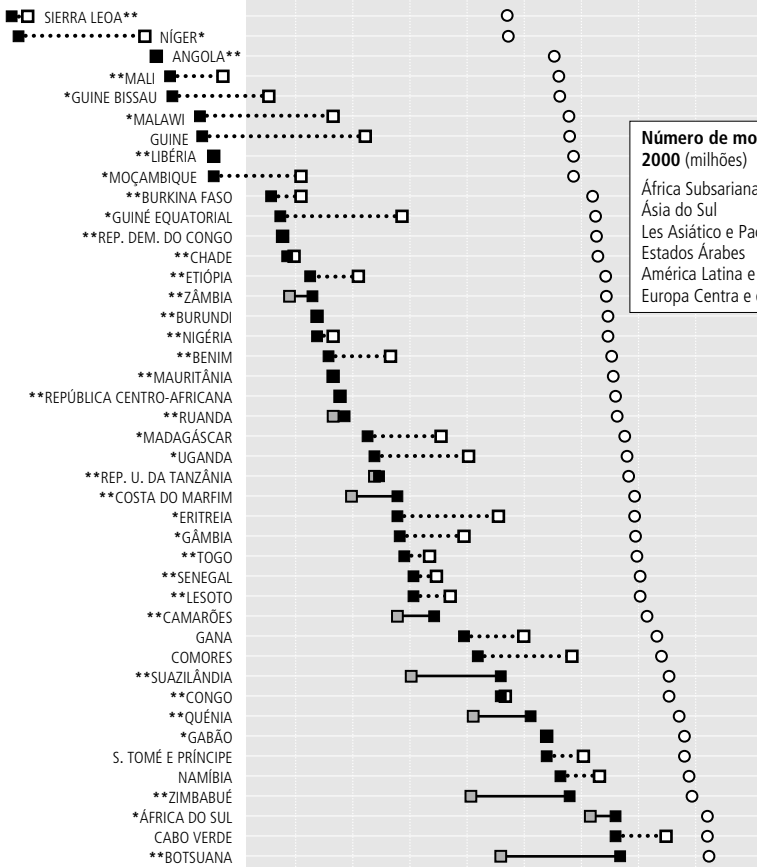
■ Prioridade máxima (países com \*\*)  
 ■ Prioridade alta (países com \*)

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990



## África Subariana

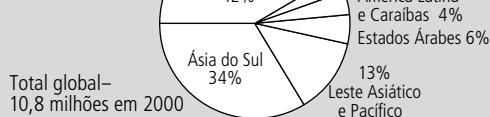
MÉDIA REGIONAL



Número de mortes antes dos 5 anos, 2000 (milhões)

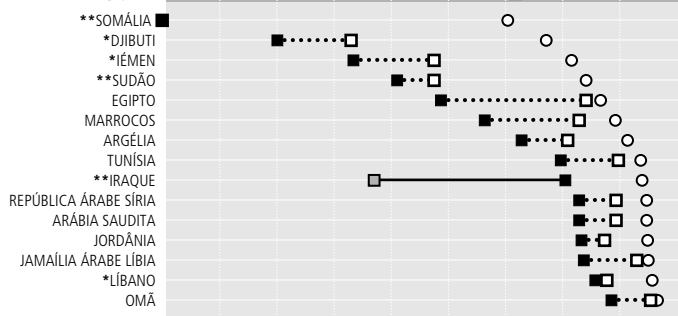
África Subariana	4,5
Ásia do Sul	3,6
Les Asiático e Pacífico	1,4
Estados Árabes	0,6
América Latina e Caraíbas	0,4
Europa Centra e do Leste e CEI	0,2

Distribuição regional das mortes antes dos 5 anos



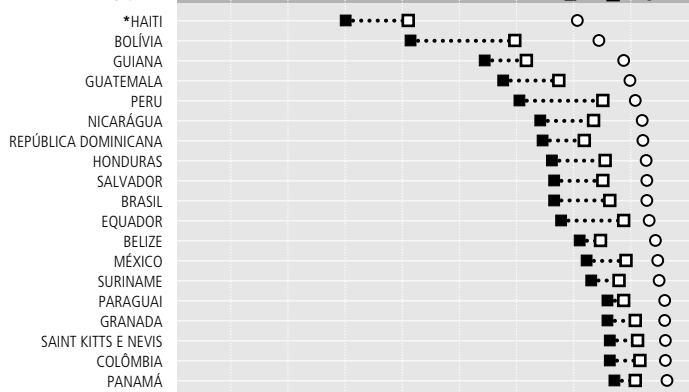
## Estados Árabes

MÉDIA REGIONAL



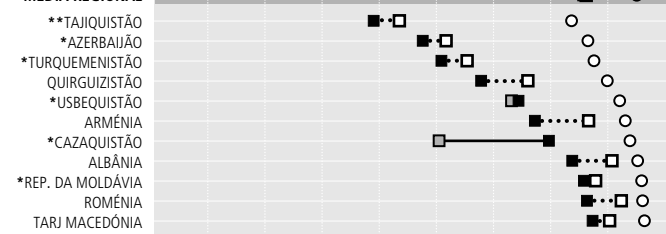
## América Latina e Caraíbas

MÉDIA REGIONAL



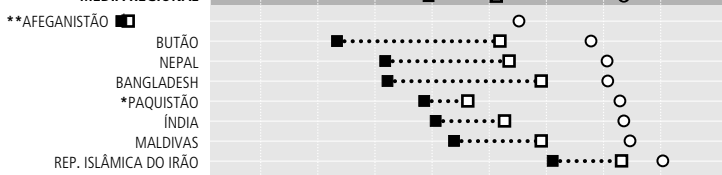
## Europa Central e do Leste e CEI

MÉDIA REGIONAL



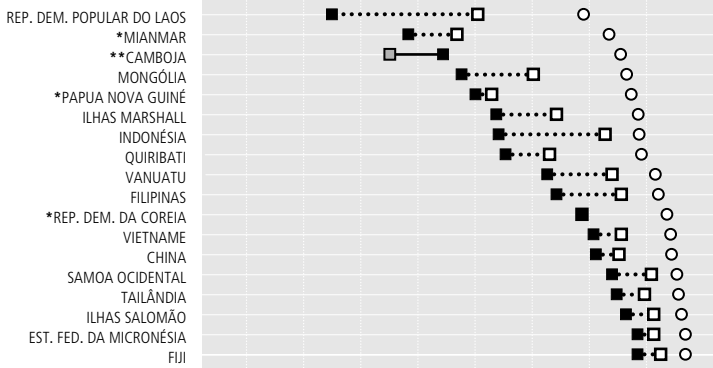
## Ásia do Sul

MÉDIA REGIONAL



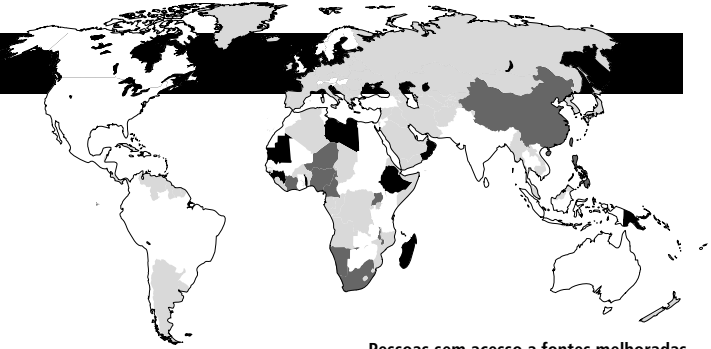
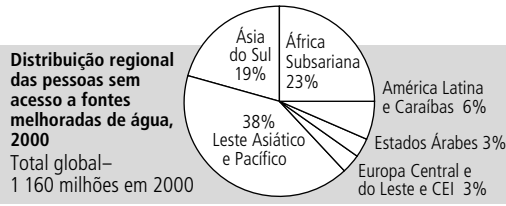
## Leste Asiático e Pacífico

MÉDIA REGIONAL



# Acesso a água

Pessoas com acesso a fontes melhoradas de água (percentagem da população)

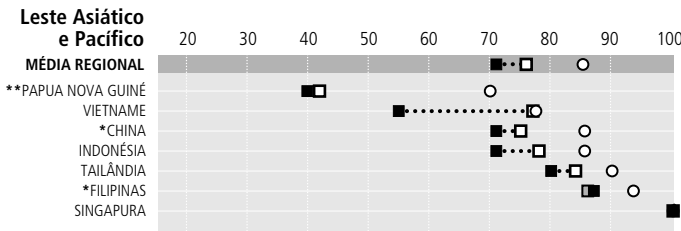
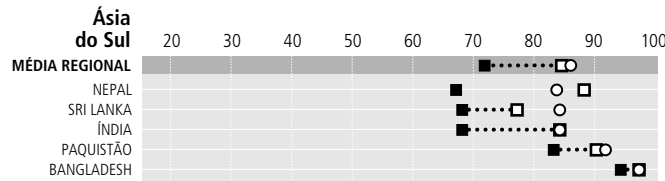
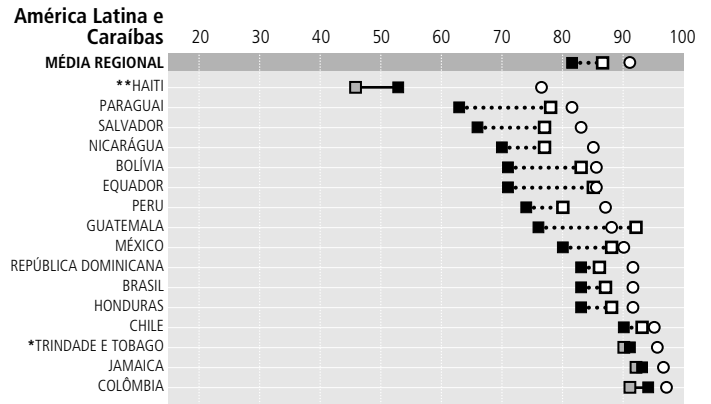
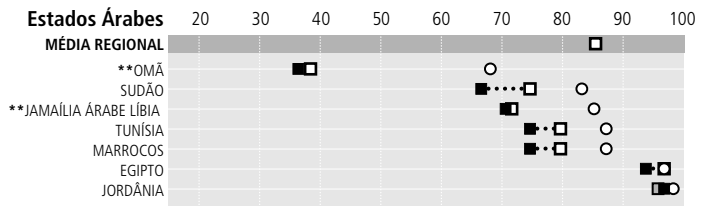
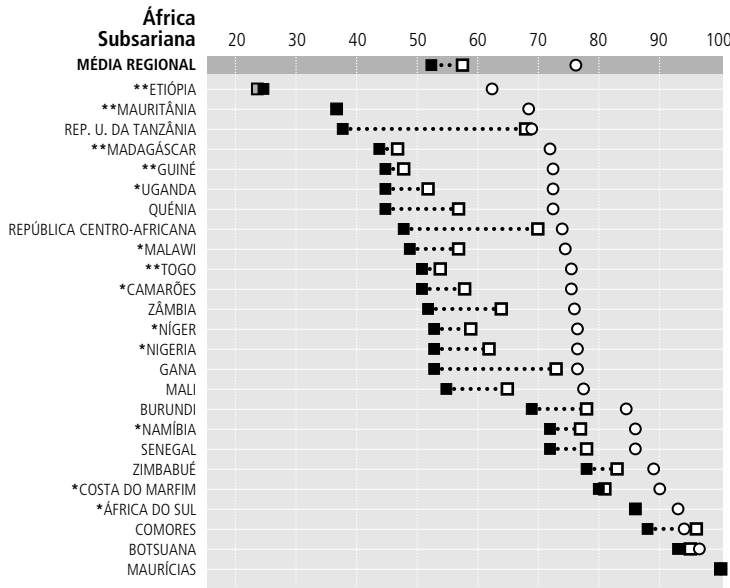
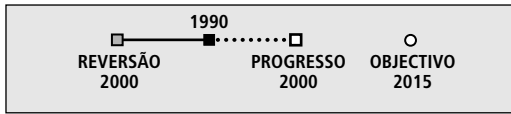


- Prioridade máxima (países com \*\*)
- Prioridade alta (países com \*)
- Sem dados

## Pessoas sem acesso a fontes melhoradas de água, 2000 (milhões)

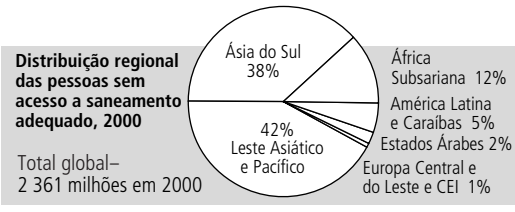
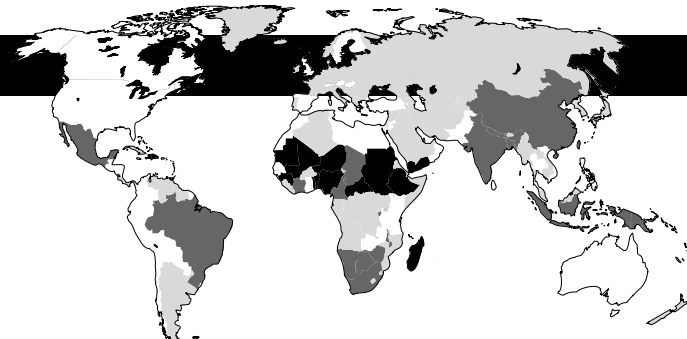
África Subsaariana	264,5
Ásia do Sul	215,8
Les Asiático e Pacífico	440,3
Estados Árabes	39,6
América Latina e Caraíbas	69,4
Europa Centra e do Leste e CEI	29,6

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990

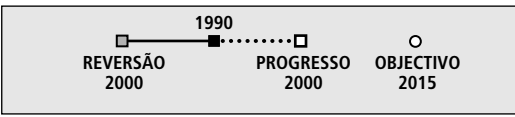


# Acesso ao saneamento

Pessoas com acesso a saneamento adequado (percentagem da população)



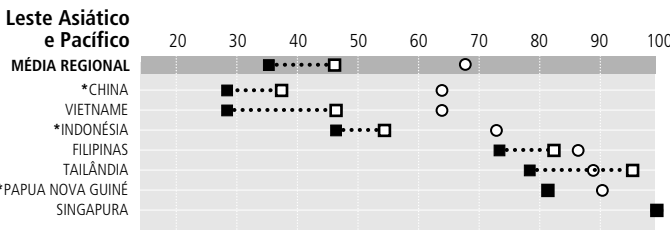
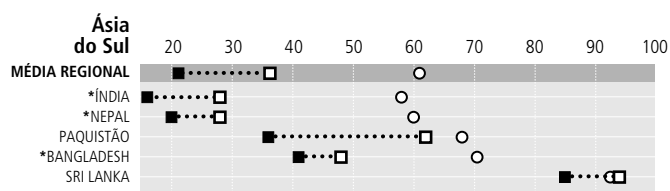
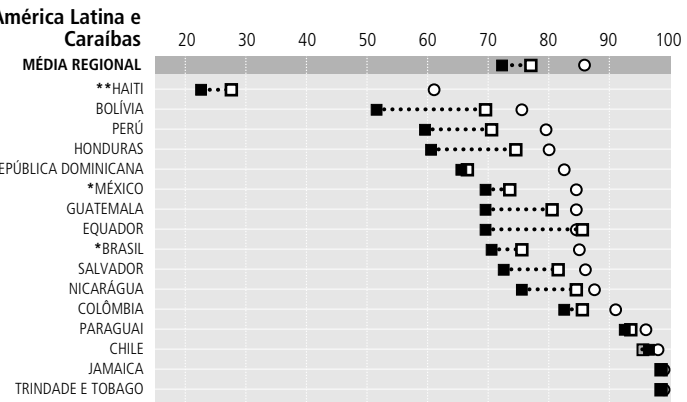
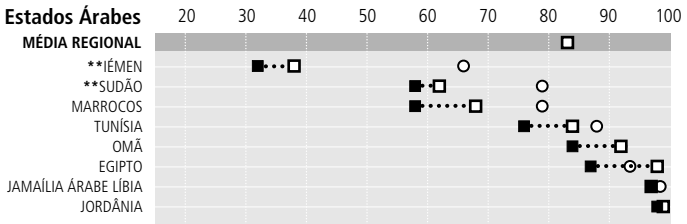
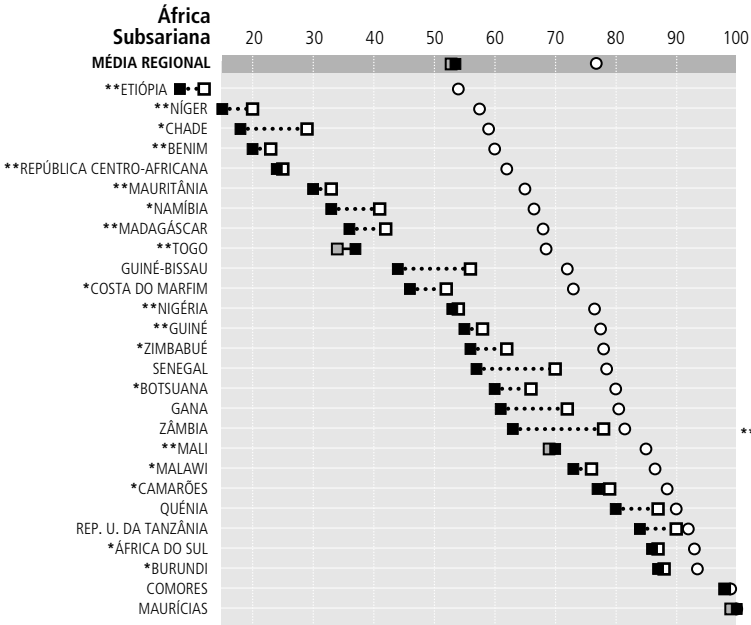
CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES SEGUNDO VALORES DE 1990



- Prioridade máxima (países com \*\*)
- Prioridade alta (países com \*)
- Sem dados

**Pessoas sem acesso a saneamento adequado, 2000 (milhões)**

África Subsaariana	281,9
Ásia do Sul	907,1
Les Asiático e Pacífico	995,3
Estados Árabes	44,8
América Latina e Caraíbas	108,8
Europa Centra e do Leste e CEI	16,5



Fonte: **Rendimento:** Cálculos dos Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseados em dados sobre o PNB a preços de mercado (constantes, 1995, dólares USA), população e PNB per capita (PPP, dólares USA), do Banco Mundial 2003i; Banco Mundial 2002f. **Fome:** Quadro 1 de indicadores ODM; FAO 2002b. **Ensino primário:** Quadro 1 de indicadores ODM; UNESCO 2002a. **Igualdade de géneros:** Banco Mundial 2003i; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano; UNESCO 2002a. **Mortalidade infantil:** Banco Mundial 2003i; UNICEF 2003b. **Acesso a água:** UN 2003c; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; cálculos do Gabinete de Desenvolvimento Humano baseados em UN 2003c, 2003h. **Acesso a saneamento:** UN 2003c; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete de Desenvolvimento Humano; cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em UN 2003c, 2003h.